

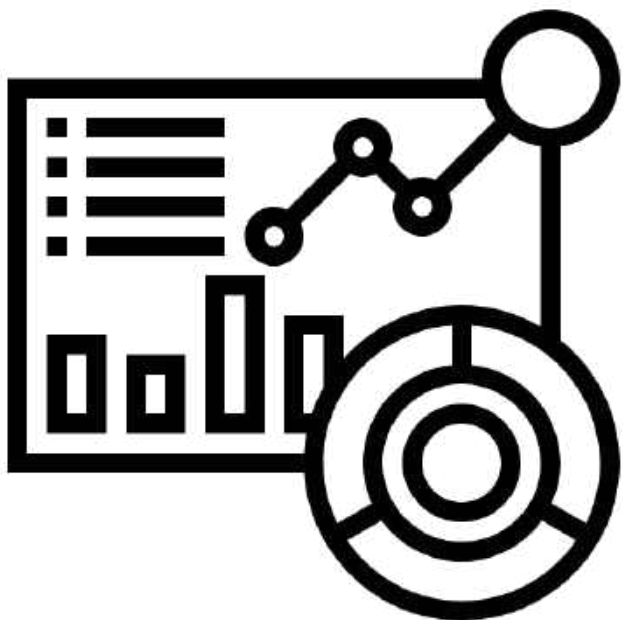


UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Compilado de dados e informações para subsidiar a estratégia de criação de uma Universidade do Distrito Federal.

Brasília/DF, 14 de setembro de 2020

RELEVÂNCIA DE UMA UNIVERSIDADE DISTRITAL



Informações para subsidiar a defesa da UnDF: dados socioeconômicos, panorama da educação superior no DF e características da oferta na futura universidade distrital

NÚMEROS GERAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Número de ingressantes, matrículas, concluintes, docentes e instituições relacionados à educação superior no Brasil em 2018

	Total	Público	Privado
Ingressantes	3.445.935	580.936	2.864.999
Matrículas	8.450.755	2.077.481	6.373.274
Concluintes	1.264.288	259.302	1.004.986
Docentes	397.893	183.669	214.224
Instituições	2.537	299	2.238

Fonte: FUNAB (2020) com dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2019)

NÚMEROS GERAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

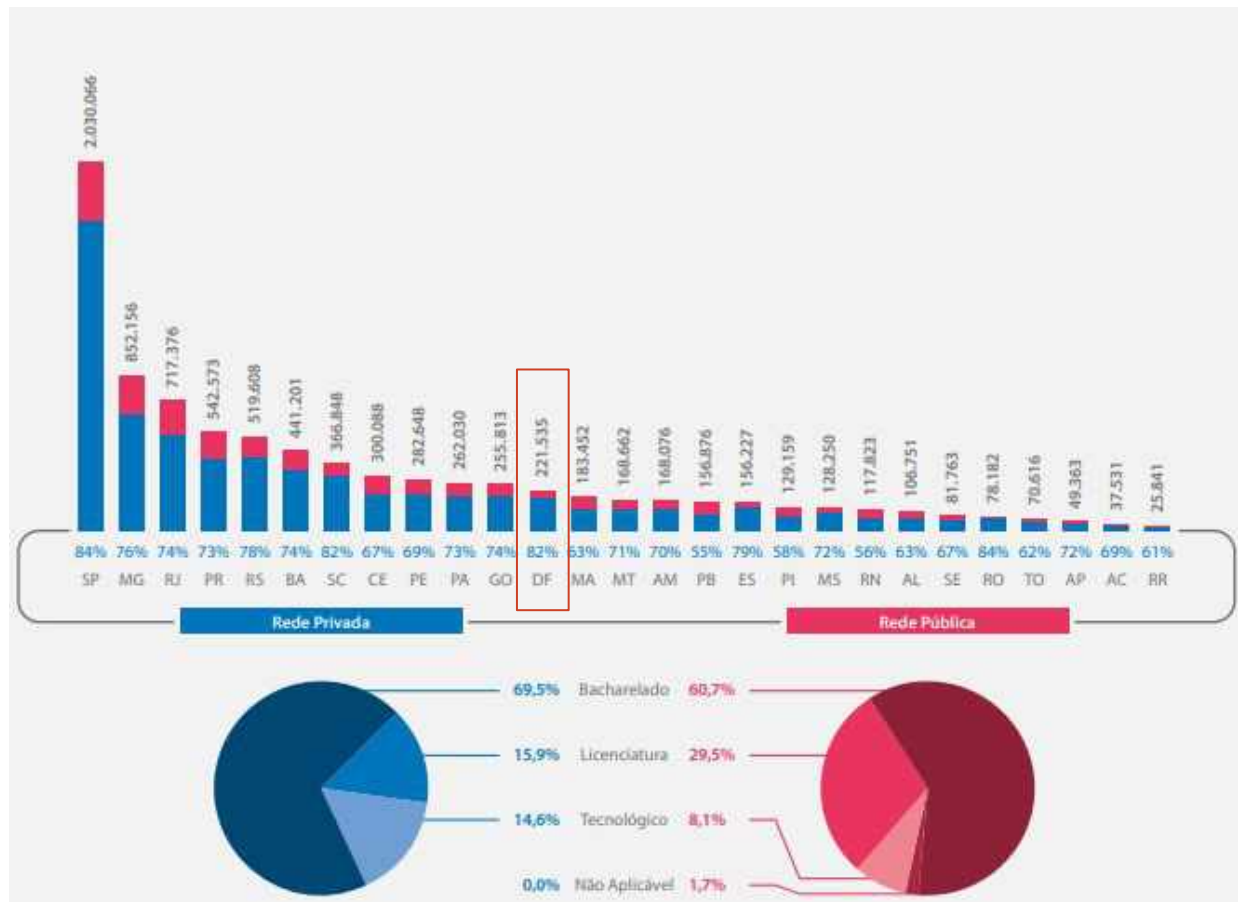
Número de instituições de ensino superior - Brasil (1990-2018)



Fonte: Instituto SEMESP (2020)

NÚMEROS GERAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Número de matrículas na educação superior por unidade da federação - Brasil (1990-2018)



Das 8.451.748 matrículas do ensino superior no Brasil, 75% delas (6.373.913) se concentram na rede privada. Os 25% correspondentes à rede pública (de alçada federal, estadual, distrital ou municipal) correspondem a 2.077.835 matrículas.

Em ambas redes, há uma concentração de matrículas em cursos de bacharelado, sendo que a rede privada apresenta uma maior concentração desses em relação à rede pública (aproximadamente 70% vs. 60%, respectivamente).

O Distrito Federal se encontra em 12º lugar no número absoluto de matrículas em nível de graduação: das 221.535 matrículas, 181.587 (82%) se encontram na rede privada.

Fonte: Instituto SEMESP (2020)

NÚMEROS GERAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Número de matrículas na educação superior por modalidade -
Brasil (2009-2018)



Apesar do crescimento de 24,3% do número de **matrículas em cursos presenciais**, desde 2015 há uma tendência de queda nessa modalidade.

As **matrículas em cursos na modalidade a distância** cresceram 145% entre 2009 e 2018, sendo de 17% o crescimento entre 2017 e 2018.

O DF EM PERSPECTIVA COMPARADA



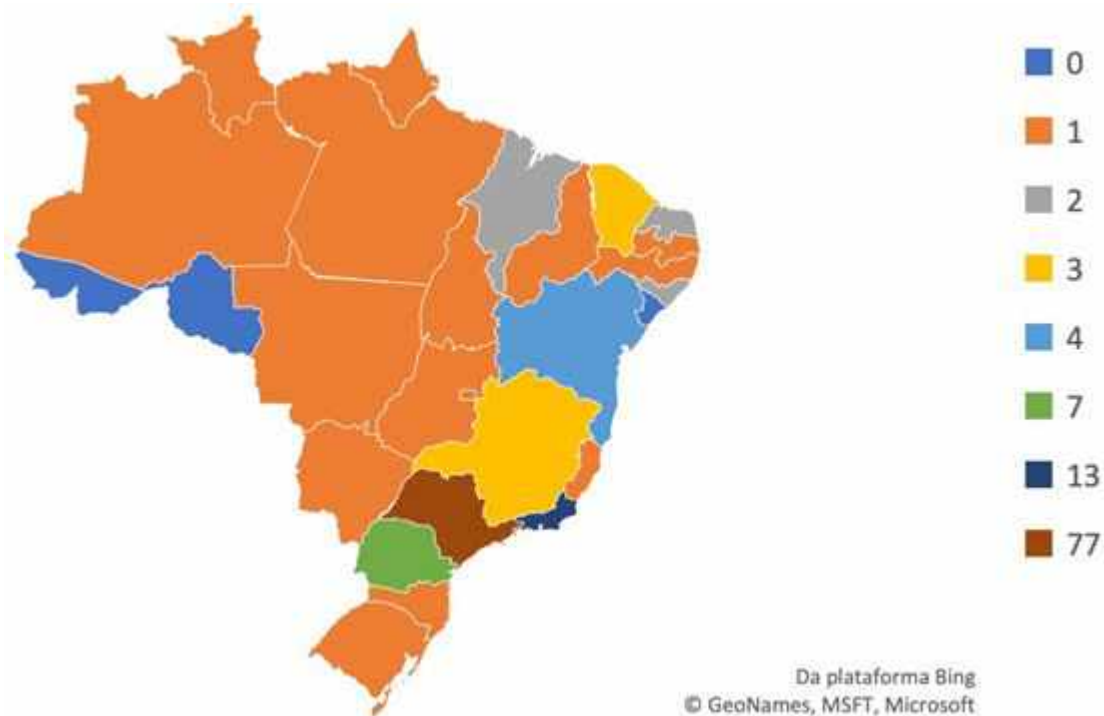
De acordo com as [últimas divulgações do IBGE](#), o DF apresenta o oitavo maior PIB do país (R\$ 244,7 bi., valores referentes a 2018), sendo a UF com maior PIB per capita do Brasil (R\$ 80 mil, valores referentes a 2017), equivalente a 2,5 vezes mais que a média nacional (aproximadamente, R\$ 31 mil).

Desde a década de 1990, a legislação distrital prevê a constituição de uma universidade pública (Lei nº 403/1992), sendo a implantação de um sistema distrital público de educação superior inclusive objeto da Lei Orgânica do DF (Art. 240).

Ainda assim, a capital federal é, ao lado de Acre, Rondônia, Espírito Santo e Sergipe, uma das cinco UFs que não possuem uma universidade pública sob sua alçada.

O DF EM PERSPECTIVA COMPARADA

Distribuição de IES estaduais/distritais por Unidade da Federação do Brasil (2018)



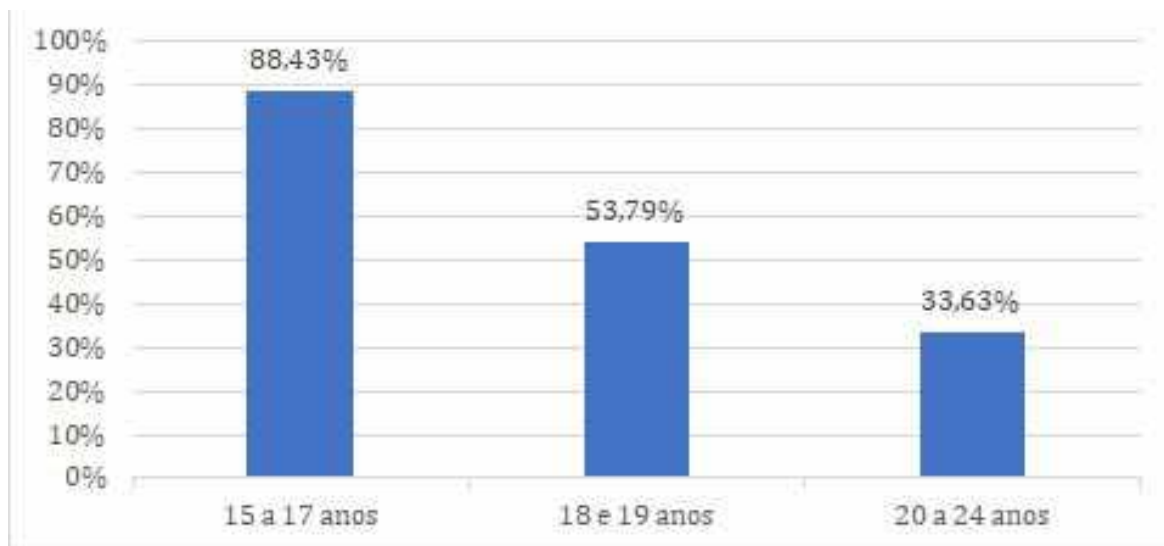
Os últimos dados coletados pelo Inep (referentes ao ano de 2018) indicam que Acre, Rondônia e Sergipe são os únicos estados que não possuem nenhuma IES estadual, aí incluídas Universidades, Institutos, Faculdades ou Centros de Educação Superior.

O Distrito Federal possui uma única IES distrital: a Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS).

Fonte: FUNAB (2020) com dados do Censo da Educação Superior 2018 (Inep/MEC, 2019b)

TAXAS DE ESCOLARIDADE E ANOS DE ESTUDO NO DISTRITO FEDERAL

Taxa de inserção na rede de ensino pública e privada (% da população) - Distrito Federal (2010)



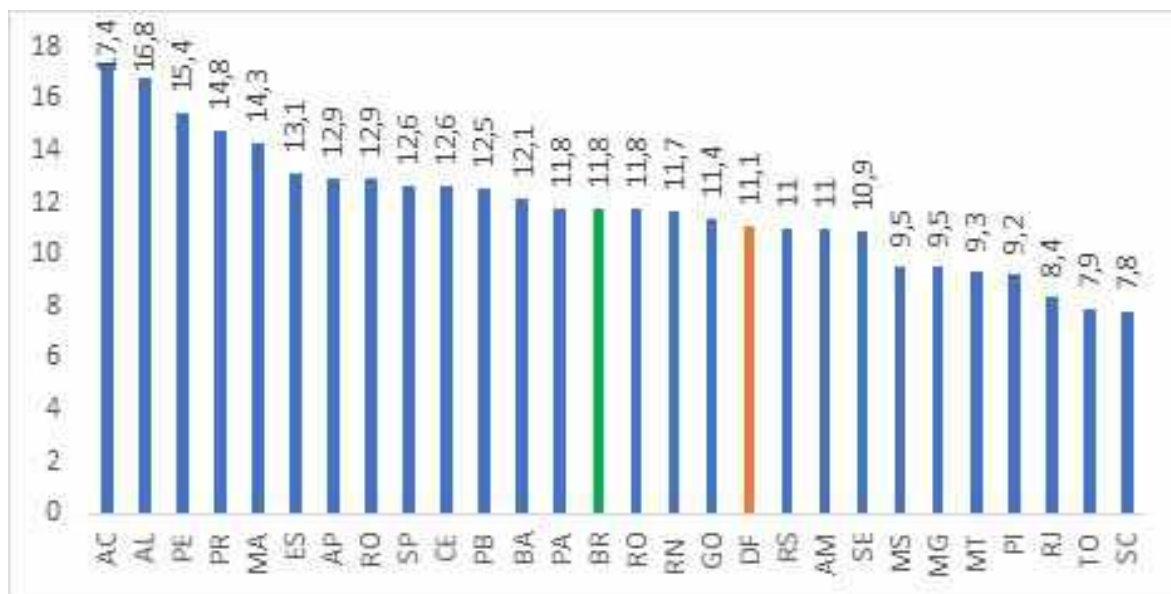
Fonte: FUNAB (2020) com dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010)

O DF detém elevada taxa de escolaridade e a maior média de anos de estudo dentre todas as unidades da federação. De acordo com dados da PNAD Contínua 2018 (IBGE, 2019), a taxa de escolarização do DF na faixa entre 6 e 14 anos de idade é de 97,5%. Ademais, segundo o último censo demográfico (2010), a maior parte da população de jovens entre 15 e 17 anos frequentava a escola (88,43%).

Nota-se, no entanto, que, dentro do sistema educacional brasileiro, **a origem socioeconômica dos estudantes**, aliada às condições de funcionamento das escolas e do tipo de gestão escolar, **é fator preponderante para determinar suas chances de acesso, trajetória e aprendizado**. Há, assim, uma forte dependência dos jovens em relação à renda domiciliar em termos de suas escolhas entre estudo e trabalho (MENEZES FILHO; KOMATSU; CABANAS, 2015).

TAXAS DE ESCOLARIDADE E ANOS DE ESTUDO NO DISTRITO FEDERAL

Percentual de pessoas de 15 a 17 anos que não frequentavam a escola - Brasil 2018



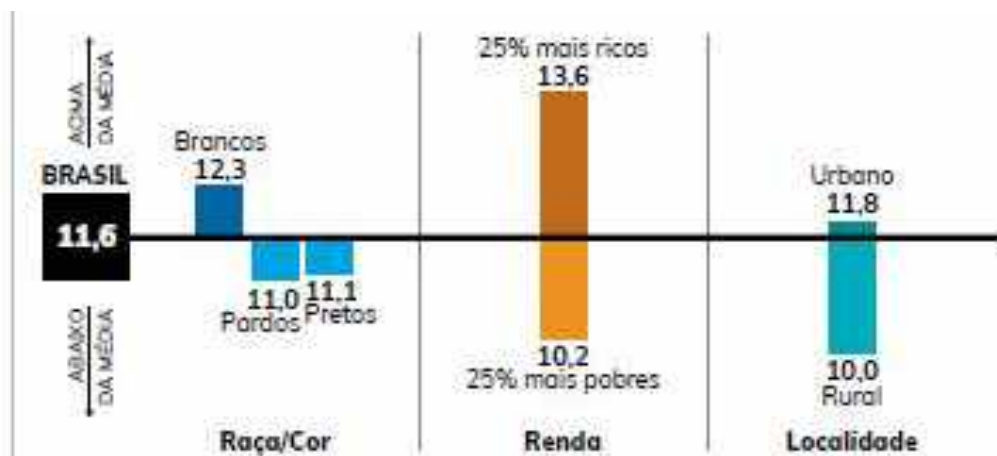
Fonte: FUNAB(2020) com dados de PNAD Contínua Educação (IBGE, 2019)

Ainda segundo dados da PNAD Contínua 2019, a **taxa de frequência líquida na faixa etária de 15 a 17 anos nacional** foi de 67,6%, o que significa que pouco mais de 30% dos estudantes estavam atrasados ou tinham deixado a escola (737 mil pessoas).

Sendo o DF a unidade federativa com maior rendimento domiciliar per capita, **apresentamos ligeira vantagem comparativa em relação a outras unidades federativas:** enquanto nacionalmente o percentual de pessoas de 15 a 17 anos que não frequentavam a escola é de 11,8%, no DF esse percentual é de 11,1% (FUNAB, 2020 com dados de IBGE, 2019b). Assim, olhar os **dados desagregados em renda** revela importantes aspectos sobre a realidade distrital.

TAXAS DE ESCOLARIDADE E ANOS DE ESTUDO NO DISTRITO FEDERAL

Média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos
(Brasil - 2019)



Fonte: Todos pela Educação (2020) com dados de PNAD Contínua Educação (IBGE, 2020)

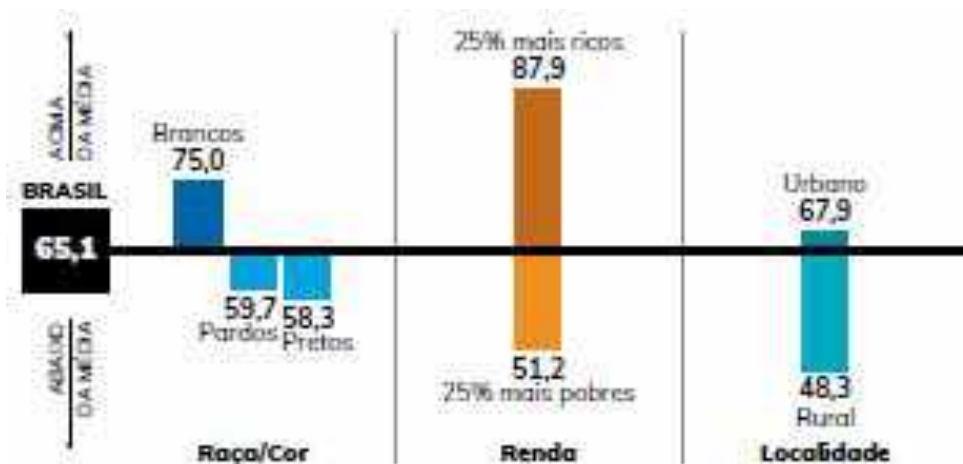
Considerando a faixa etária de 18 a 29 anos, a população do **DF tem o maior número médio de anos de estudo, com 12,5 anos**, superando SP e SC com, respectivamente, 12,2 e 12 anos.

A média de anos de estudos da população brasileira é de 11,6 anos, sendo que os **25% mais ricos** da população alcançam a média de 13,6 anos de estudo, e os **25% mais pobres**, 10,2 anos.

Por sua vez, ao serem observados os 25% mais ricos do Distrito Federal, a média de anos de estudos chega a 14,1 anos, enquanto **a população 25% mais pobre alcança uma média menor que a nacional: 10,9 anos de estudo.**

TAXAS DE ESCOLARIDADE E ANOS DE ESTUDO NO DISTRITO FEDERAL

Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio
(Brasil - 2019)



Fonte: Todos pela Educação (2020) com dados da PNAD Contínua Educação (IBGE, 2020)

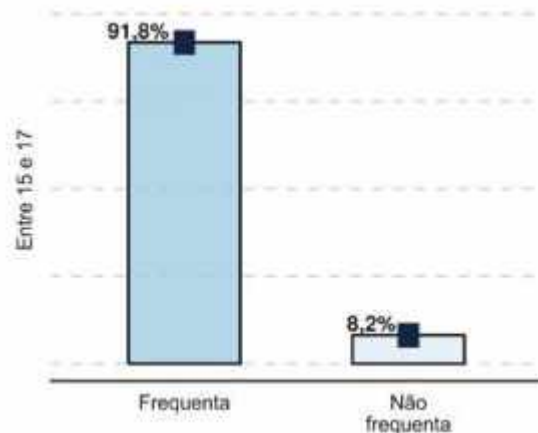
36,7 pontos percentuais é a diferença entre a taxa de conclusão do Ensino Médio na idade recomendada entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres do Brasil.

Nacionalmente, apenas 65% dos jovens concluíram o Ensino Médio até os 19 anos. **No Distrito Federal, 79,4% dos jovens concluem essa etapa da educação básica na idade considerada adequada.**

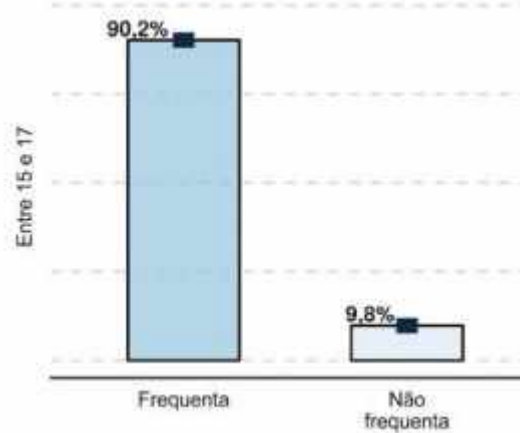
Novamente, um olhar para a desagregação dos dados de renda se mostra relevante. Um estudo publicado pela Codeplan (2020) identificou que quase metade (44%) das crianças e adolescentes que evadem a escola no Distrito Federal têm renda familiar de menos da metade de um salário mínimo.

TAXAS DE ESCOLARIDADE E ANOS DE ESTUDO NO DISTRITO FEDERAL

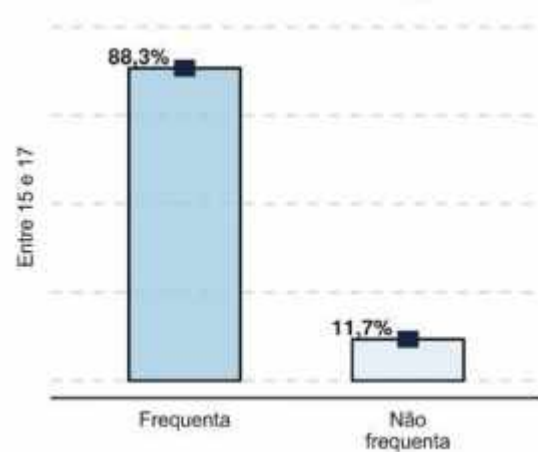
Grupo 1 (alta renda domiciliar - R\$ 15.622)



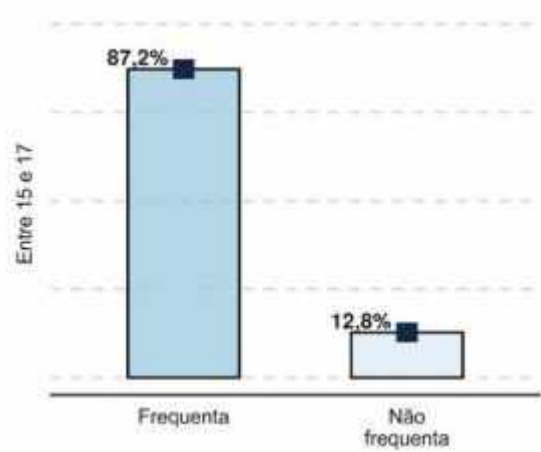
Grupo 2 (média-alta renda domiciliar - R\$ 7.266)



Grupo 3 (média-baixa renda domiciliar - R\$ 3.101)



Grupo 4 (baixa renda domiciliar - R\$ 2.472)

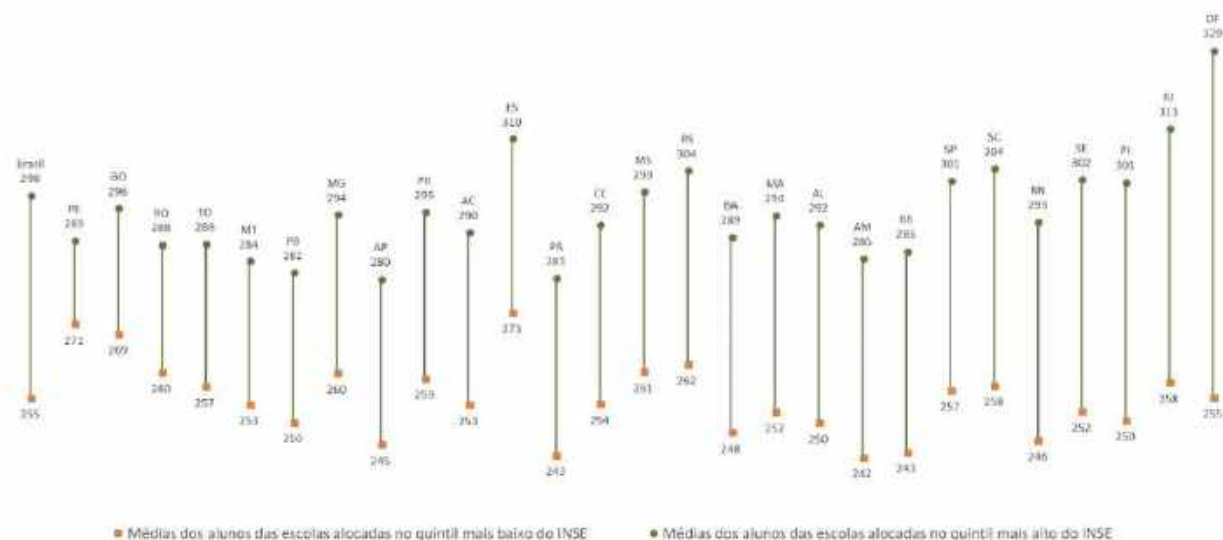


A partir da análise da **distribuição da frequência escolar na faixa etária de 15 a 17 anos**, a última [Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios](#) divulgada (2018) revela uma correlação entre a condição socioeconômica das famílias e a frequência escolar dos jovens com idade de ingresso no ensino superior.

Fonte: Codeplan (2018)

DÉFICITS DE APRENDIZAGEM E RENDA COMO CONDICIONANTES DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Score médio de **Língua Portuguesa** dos estudantes de escolas alocadas nos quintis mais baixo e mais alto do INSE (Saeb 2017)



Fonte: Inep/MEC (2018)

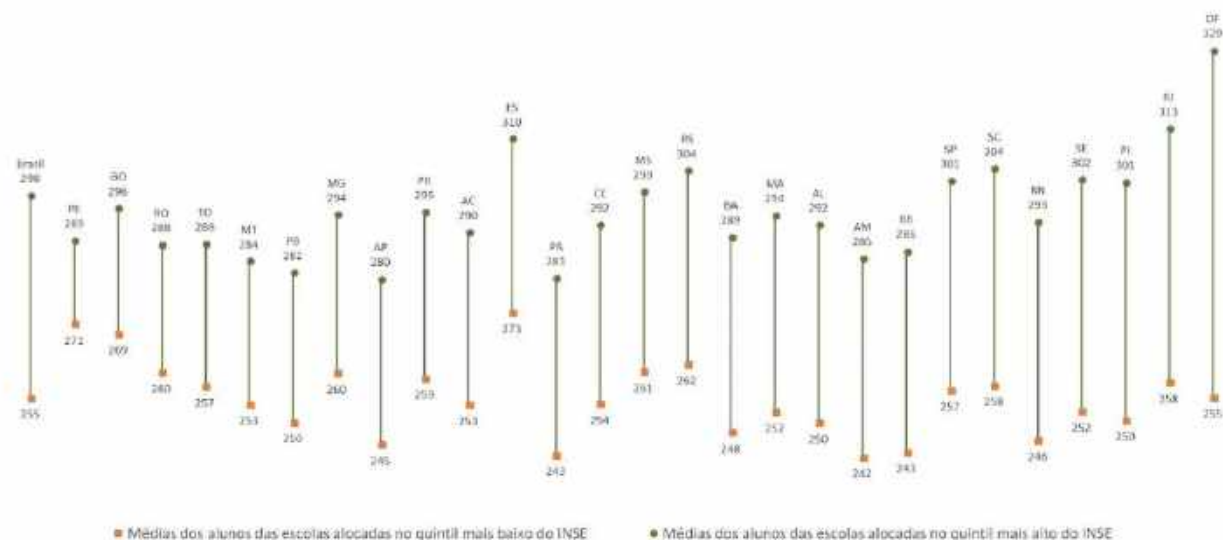
Em se tratando especificamente de ensino superior, é relevante ressaltar que o caráter díspar do acesso a esse nível de ensino é em grande medida explicado pelas **desigualdades de aprendizagem entre estudantes do ensino médio**.

Segundo os resultados da última avaliação do Saeb divulgada pelo Inep (2017), o DF tem o ensino médio mais desigual do Brasil: enquanto estudantes de escolas do quintil mais alto do Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) lideram o ranking entre todas as UFs, estudantes de escolas do quintil mais baixo do INSE se encontram abaixo da média nacional.

O score médio das **“escolas mais ricas”** do DF é de 329 pontos em Língua Portuguesa. Por sua vez, a pontuação média das **“escolas mais pobres”** no mesmo componente curricular é de 255 pontos.

DÉFICITS DE APRENDIZAGEM E RENDA COMO CONDICIONANTES DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Score médio de **Matemática** dos estudantes de escolas alocadas nos quintis mais baixo e mais alto do INSE (Saeb 2017)



Fonte: Inep/MEC (2018)

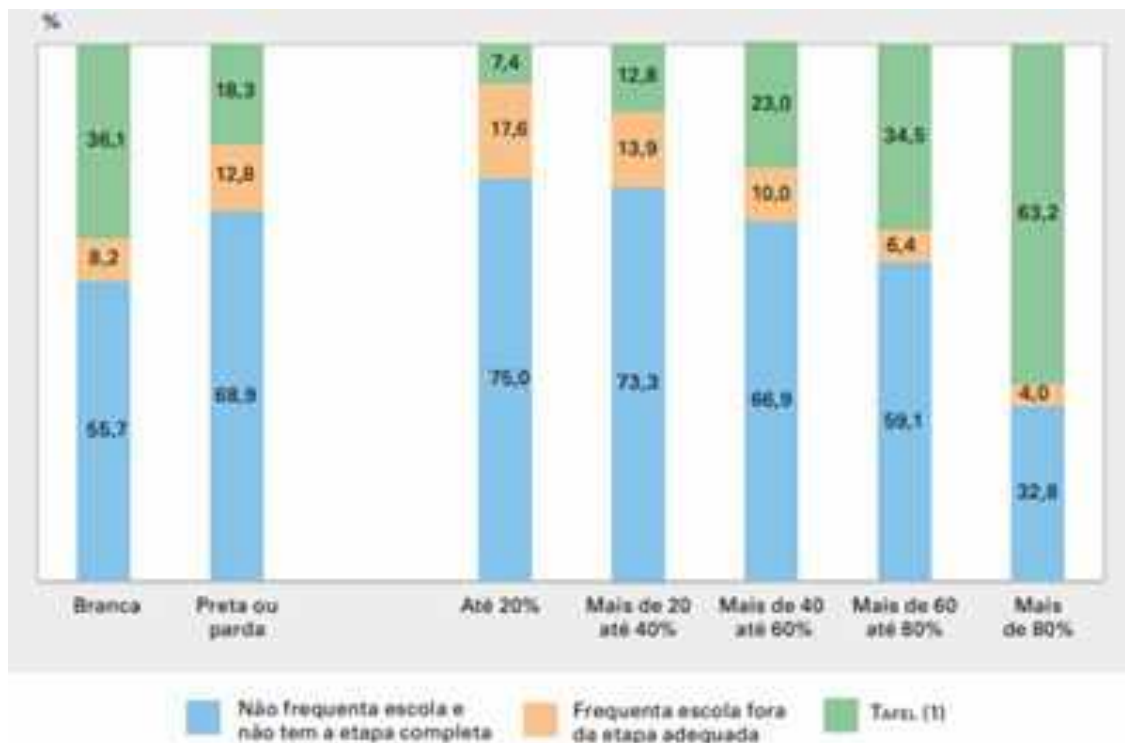
Em se tratando especificamente de ensino superior, é relevante ressaltar que o caráter díspar do acesso a esse nível de ensino é em grande medida explicado pelas **desigualdades de aprendizagem entre estudantes do ensino médio**.

Segundo os resultados da última avaliação do Saeb divulgada pelo Inep (2017), o DF tem o ensino médio mais desigual do Brasil: enquanto estudantes de escolas do quintil mais alto do Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) lideram o ranking entre todas as UFs, estudantes de escolas do quintil mais baixo do INSE se encontram abaixo da média nacional.

O score médio das **“escolas mais ricas”** do DF é de 357 pontos em Matemática. Por sua vez, a pontuação média das **“escolas mais pobres”** no mesmo componente curricular é de 256 pontos.

DÉFICITS DE APRENDIZAGEM E RENDA COMO CONDICIONANTES DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Adequação idade-etapa para pessoas entre 18 e 24 anos de idade, segundo a cor ou raça e os quintos do rendimento mensal domiciliar per capita - Brasil (2018)



A inadequação idade-etapa da educação básica é refletida diretamente no nível superior: enquanto 63,2% dos jovens de 18 a 24 anos pertencentes ao quinto da população com os maiores rendimentos frequentava o ensino superior, **somente 7,4% dos jovens no quinto da população com os menores rendimentos estavam nessa situação**, ou seja, um percentual 8,5 vezes menor.

Fonte: PNAD Contínua Educação 2018 (IBGE, 2019)

DÉFICITS DE APRENDIZAGEM E RENDA COMO CONDICIONANTES DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Distribuição percentual de estudantes das redes pública e privada, por nível de ensino, segundo os quintos da população em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita - Brasil – 2018

Quintos da população em ordem crescente de rendimento domiciliar <i>per capita</i>	Distribuição percentual de estudantes da rede pública no ensino superior em ordem crescente de rendimento domiciliar <i>per capita</i> (%)							
	Educação infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior	
	Rede pública	Rede privada	Rede pública	Rede privada	Rede pública	Rede privada	Rede pública	Rede privada
Até 20%	36,4	8,5	40,7	7,2	30,0	5,3	9,7	5,5
Mais de 20% até 40%	27,7	14,7	28,3	13,7	28,7	9,8	16,1	10,8
Mais de 40% até 60%	19,1	15,7	17,1	16,4	21,0	14,3	19,0	18,6
Mais de 60% até 80%	12,4	22,6	10,4	22,6	14,6	23,9	24,7	29,0
Mais de 80%	4,4	38,5	3,5	40,0	5,6	46,7	30,5	36,1

Fonte: PNAD Contínua Educação 2018 (IBGE, 2019)

Tal situação **engendra um padrão de desigualdade no perfil dos estudantes** das redes de ensino na educação básica e superior. Na **educação básica**, a rede pública é composta majoritariamente por estudantes dos dois quintos da população com os menores rendimentos, enquanto na rede privada esse padrão se inverte. Na **educação superior**, por outro lado, independente da rede de ensino (pública ou privada), prevalecem estudantes do quinto da população com maiores rendimentos

DÉFICITS DE APRENDIZAGEM E RENDA COMO CONDICIONANTES DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Estudantes do ensino superior por decil de renda familiar per capita - Brasil (2018)

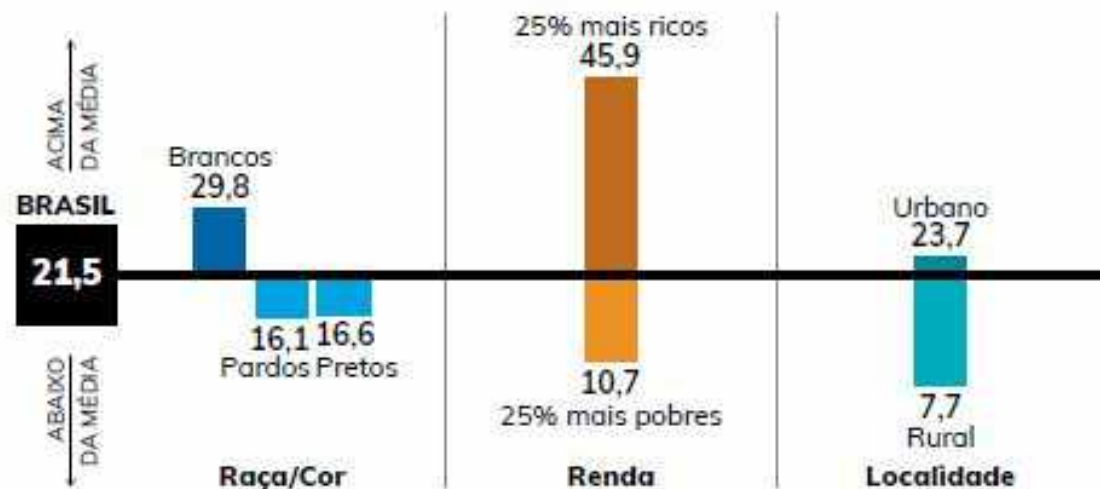
Decis	Estudantes rede pública	Part. (%)	Estudantes rede privada	Part. (%)	Total	Part. (%)	Acum. (%)
1	55.828	3,8	91.704	2,0	147.532	2,5	2,5
2	73.720	5,0	103.536	2,3	177.256	3,0	5,4
3	84.030	5,7	174.579	3,9	258.609	4,3	9,7
4	131.342	9,0	309.133	6,8	440.475	7,3	17,1
5	152.928	10,4	363.543	8,0	516.471	8,6	25,7
6	108.558	7,4	325.123	7,2	433.681	7,2	32,9
7	187.672	12,8	641.969	14,2	829.641	13,8	46,8
8	190.540	13,0	723.170	16,0	913.710	15,2	62,0
9	255.087	17,4	983.335	21,7	1.238.422	20,7	82,7
10	226.477	15,4	813.824	18,0	1.040.301	17,3	100,0
Total	1.466.182	100,0	4.529.916	100,0	5.996.099	100,0	-

Fonte: Castro e Tannuri-Pianto (2019), com dados da PNAD Contínua Educação 2018 (IBGE, 2019)

Tal situação **engendra um padrão de desigualdade no perfil dos estudantes** das redes de ensino na educação básica e superior. Na **educação básica**, a rede pública é composta majoritariamente por estudantes dos dois quintos da população com os menores rendimentos, enquanto na rede privada esse padrão se inverte. Na **educação superior**, por outro lado, independente da rede de ensino (pública ou privada), prevalecem estudantes do quinto (dois maiores decis) da população com maiores rendimentos.

DÉFICITS DE APRENDIZAGEM E RENDA COMO CONDICIONANTES DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Porcentagem de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o Ensino Superior em relação à população dessa faixa etária (taxa líquida)



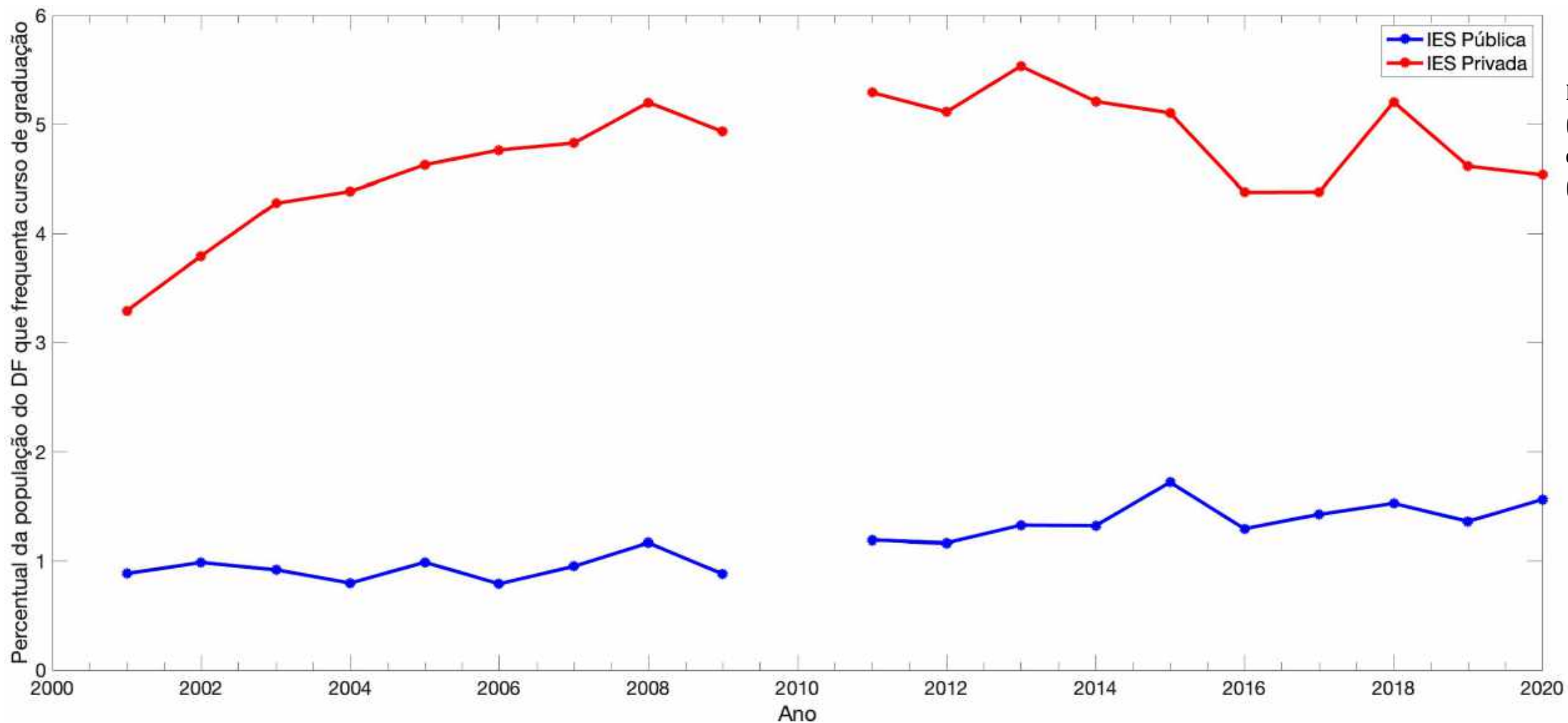
Fonte: Todos pela Educação (2020), com dados do Censo da Educação Superior 2018 (INEP, 2019)

O acesso ao ensino superior, mensurado pelas taxas brutas e líquidas de matrículas, não avançou expressivamente nos últimos dois anos.

Embora a taxa bruta de matrículas tenha ligeiro aumento (passando de 44,3% para 44,4%), a **taxa líquida de matrículas** diminuiu de 21,8% para 21,5%.

Ainda, a taxa líquida de matrículas é quatro vezes maior para os mais ricos, em relação ao quartil mais pobre da população.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO SUPERIOR NO DF



Fonte: FUNAB (2020), com dados da PNAD Contínua (IBGE, 2020)

O percentual da população que frequenta IES privada no DF foi de 3 a 5 vezes maior do que o da pública ao longo dos últimos 20 anos.

A demanda por vagas em IES públicas no DF é legítima.

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM FUNÇÃO DA RENDA

Decis da população do DF em ordem crescente de renda domiciliar per capita	Distribuição percentual de estudantes da rede pública e privada do DF no ensino superior em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita (%)	
	Rede pública	Rede privada
0 a 10%	8,7%	15,8%
10 a 20%	9,1%	14,0%
20 a 30%	9,1%	14,0%
30 a 40%	11,0%	5,3%
40 a 50%	11,0%	5,3%
50 a 60%	10,6%	7,0%
60 a 70%	11,0%	5,3%
70 a 80%	11,4%	5,3%
80 a 90%	10,2%	8,8%
90 a 100%	8,0%	19,3%

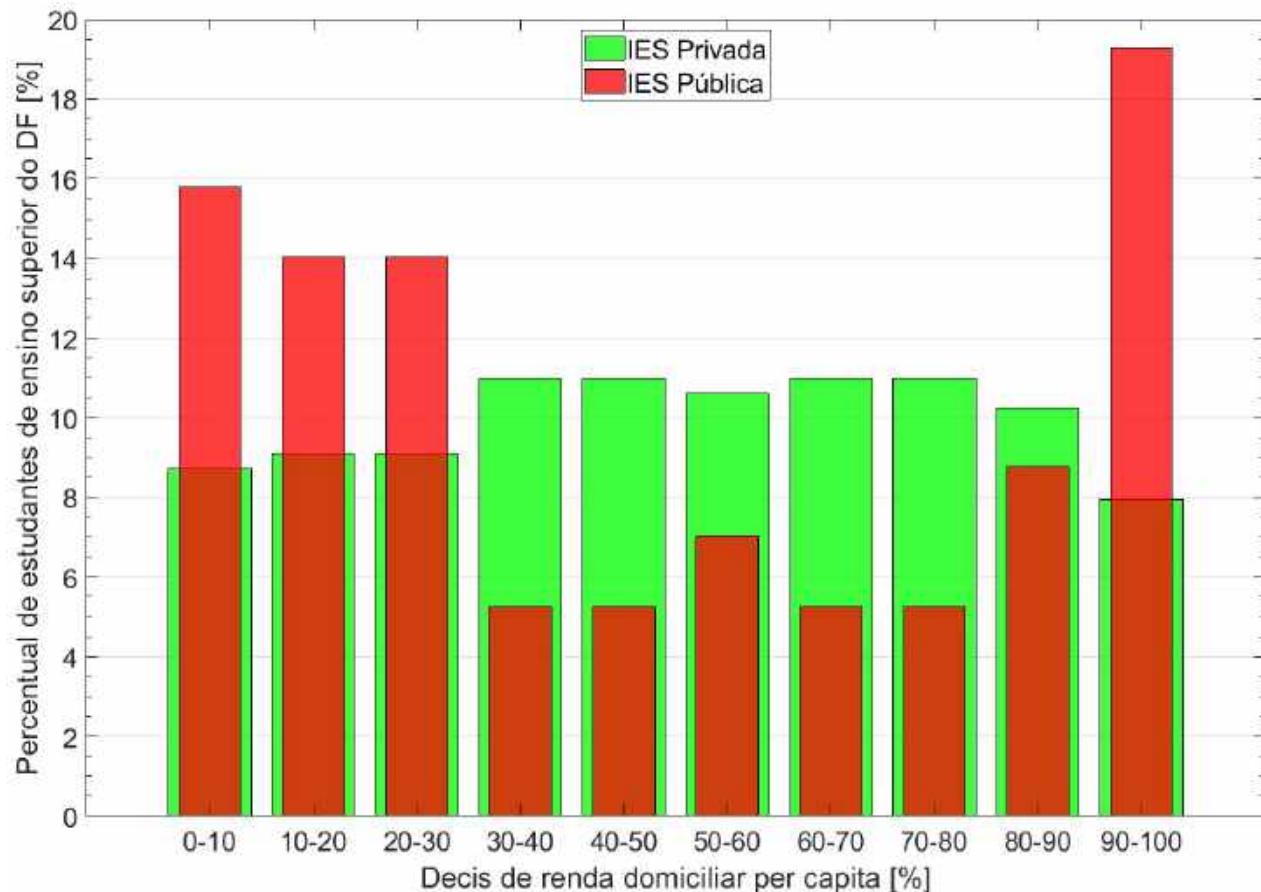
No Distrito Federal, a dificuldade de acesso à educação superior pública pela população pobre é ainda mais expressiva: **os 10% dos estudantes mais pobres da educação superior correspondem a quase 16% das matrículas na rede privada**, enquanto, a nível nacional, a porcentagem correspondente a esse decil de renda é 3,8%.

Quase metade das matrículas de educação superior da rede privada está concentrada nos 30% dos estudantes mais pobres do Distrito Federal.

Fonte: FUNAB (2020), com dados da PNAD Contínua Educação 2018 (IBGE, 2019)

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM FUNÇÃO DA RENDA

Percentual de estudantes de ensino superior do DF por decil de renda domiciliar per capita



Se quase metade das matrículas de educação superior da rede privada está concentrada nos 30% dos estudantes mais pobres do Distrito Federal, **como essa população mais pobre está custeando sua educação superior?**

Por outro lado, **os 10%** de estudantes de ensino superior **mais ricos** cursam instituições de ensino superior **públicas**.

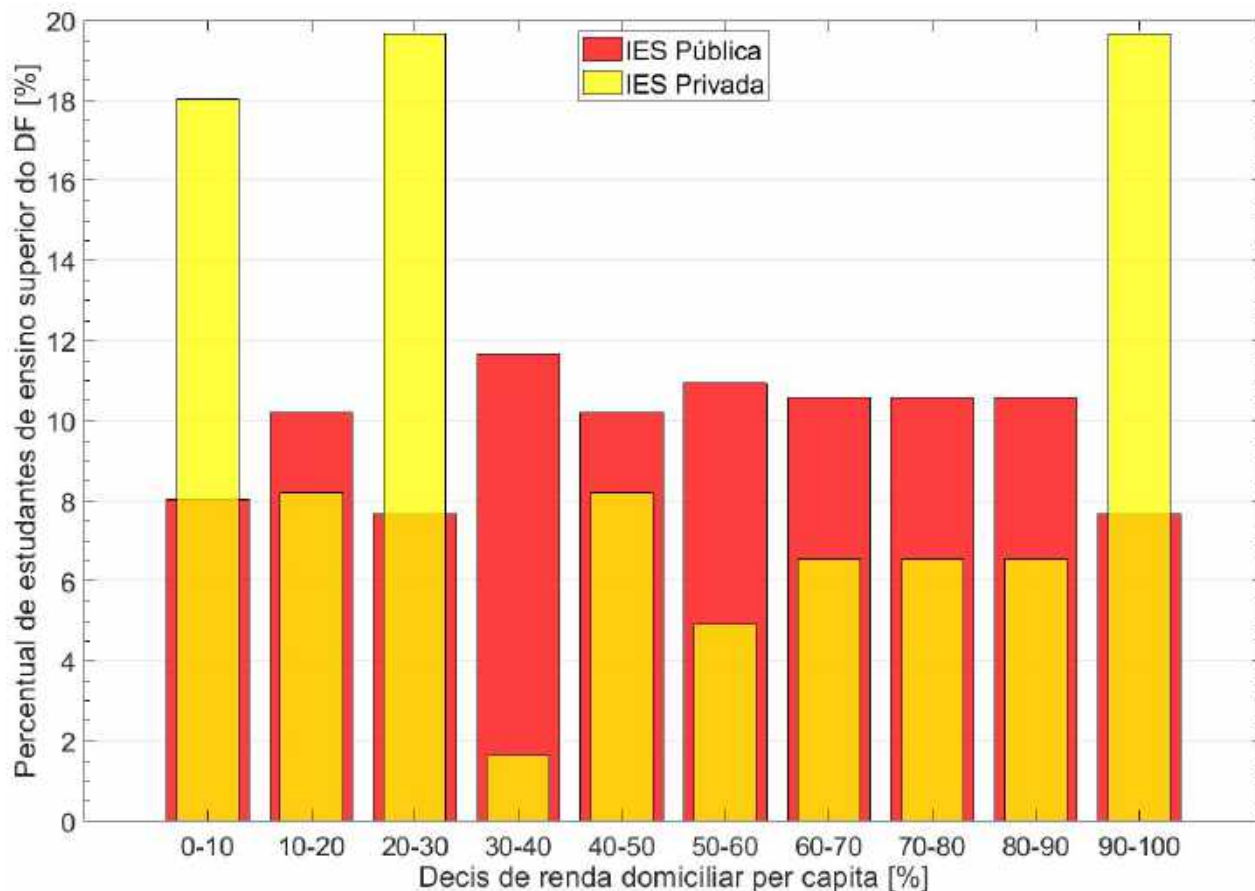
A distribuição dos estudantes da rede privada se comporta com certa linearidade, de modo que a quantidade de estudantes da rede privada é praticamente o mesmo em todas os decis de renda.

Cerca de 40% das vagas em IES privadas são ocupadas pelos 30% mais pobres.

Fonte: FUNAB (2020), com dados da PNAD Contínua Educação 2018 (IBGE, 2019)

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM FUNÇÃO DA RENDA

Percentual de estudantes de ensino superior do DF **que trabalham** por decil de renda domiciliar per capita



Nos dois extremos, há uma concentração na rede privada (amarelo) maior do que o dobro da pública. Portanto, os 10% mais ricos e os 10% mais pobres **que trabalham** frequentam instituições privadas.

Quase a metade dos estudantes da rede privada (amarelo) que trabalha são os mais pobres ou os mais ricos.

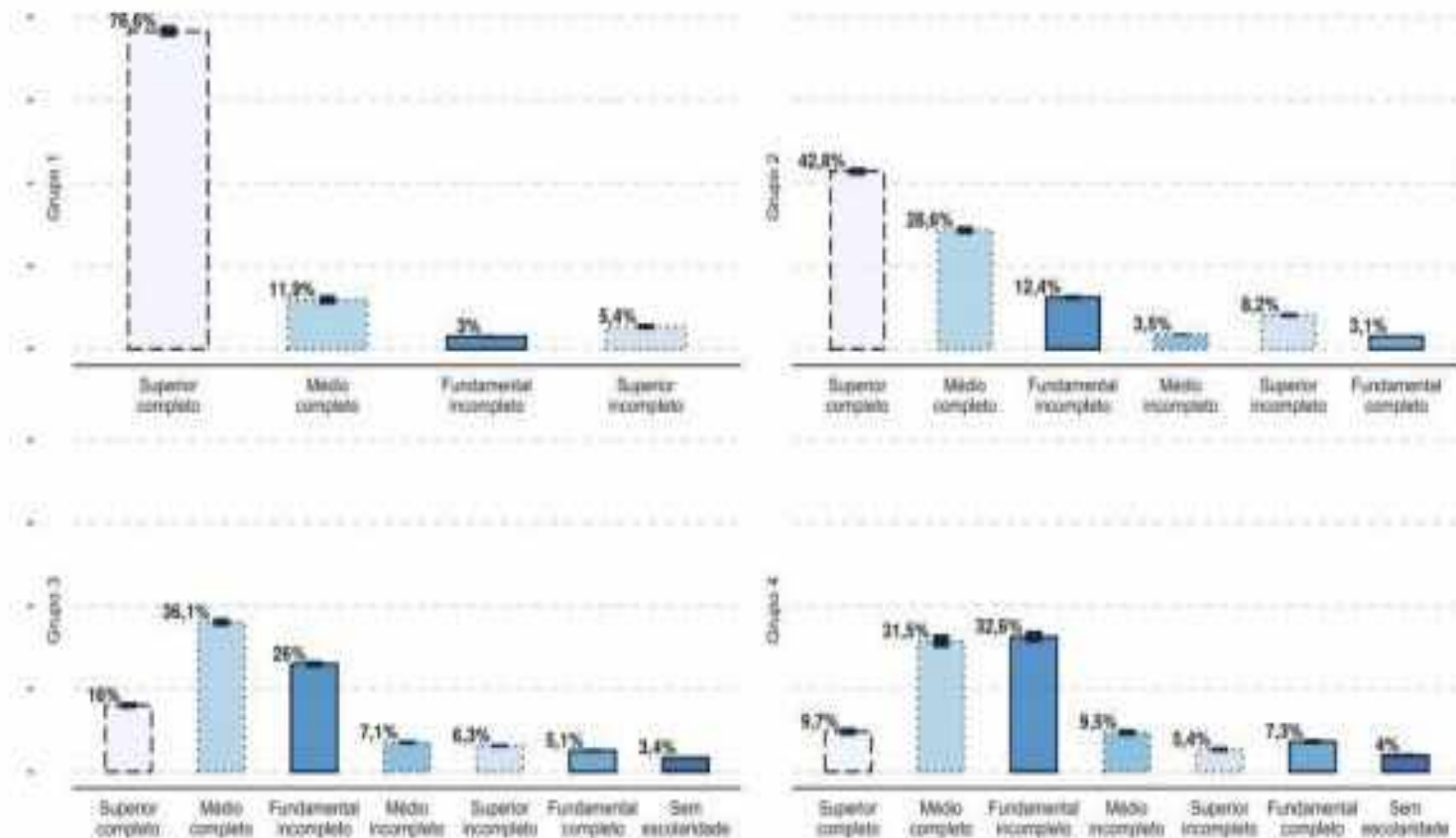
A distribuição dos estudantes da rede pública que trabalham (vermelho) varia no máximo 5%.

Cerca de 45% dos estudantes de instituições de ensino superior da rede privada que trabalha pertencem aos três decis menos abastados. Por que não ofertar vagas em instituições públicas de ensino superior (UnDF)?

Fonte: FUNAB (2020), com dados da PNAD Contínua Educação 2018 (IBGE, 2019)

CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO DF E REDES DE ENSINO

Escolaridade da população distribuída por grupos de renda, Distrito Federal, 2018



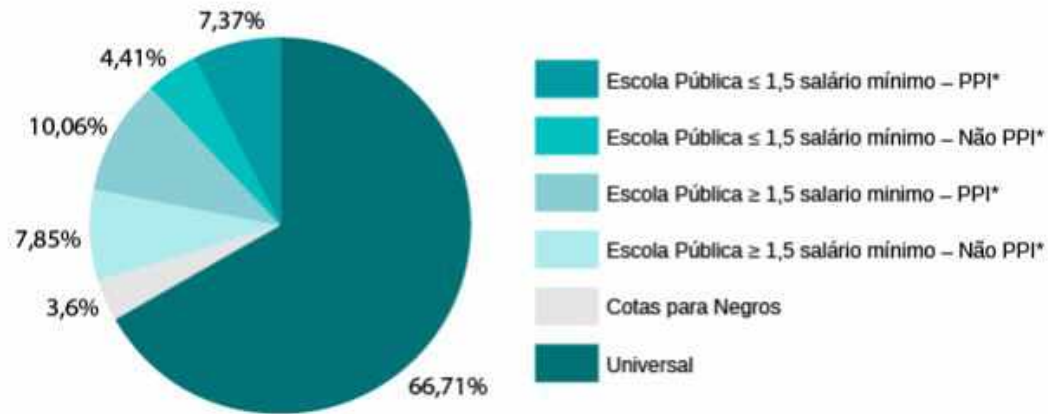
Fonte: Codeplan (2018)

A lacuna de escolaridade demonstrada nos gráficos anteriores indica, também, uma **tendência de acesso à educação superior bastante concentrada nas parcelas mais ricas da população do DF.**

Enquanto 76,6% da população pertencente ao Grupo 1 (alta renda domiciliar) detém ensino superior completo, **apenas 9,7% da população pertencente ao Grupo 4 (baixa renda domiciliar) possui o mesmo nível de educação formal.**

ESTRANGULAMENTO DO INGRESSO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DISTRITAL

Distribuição dos ingressos por tipo de cota na UnB em 2017



* Pretos, pardos ou indígenas

Fonte: UnB (2018)

Nessa mesma instituição, a maior parte dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica escolheram o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) como meio de entrada no ensino superior.

Na Universidade de Brasília (UnB) instituição que mais oferta vagas de educação superior no DF, **somente 12% dos estudantes que ingressaram** no ano de 2017 eram de família de baixa renda (renda domiciliar menor ou igual a um salário mínimo e meio).

Processos seletivos e sistemas de vagas optados na UnB em 2017



Fonte: UnB (2018)

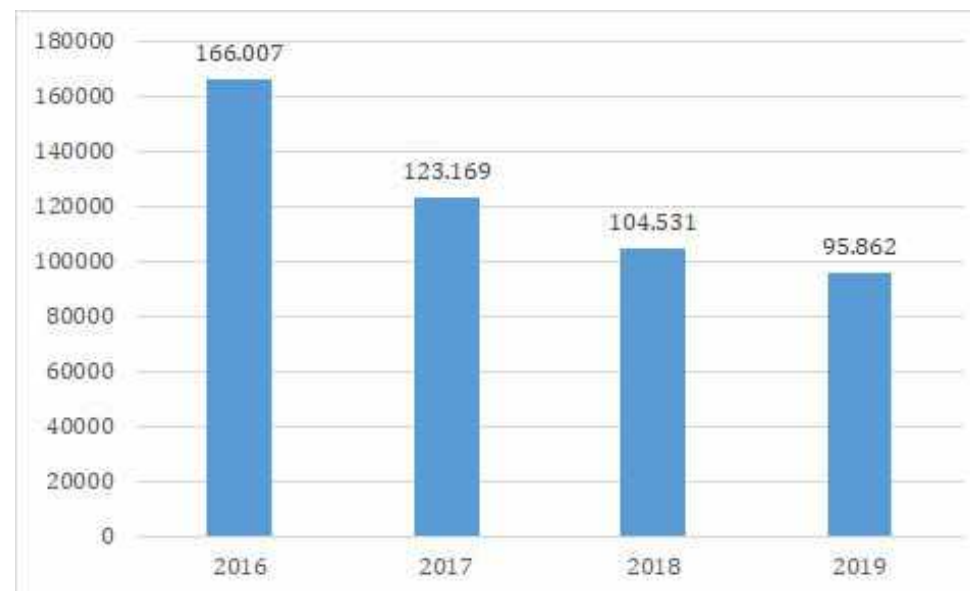
ESTRANGULAMENTO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR DISTRITAL

Taxa de rendimento escolar em 2018 na rede pública do Distrito Federal referente ao 3º ano do ensino médio (turno diurno)

	2015	2016	2017	2018
	Diurno	Diurno	Diurno	Diurno
Total final de matrículas	11.099	11.902	11.061	18.090
Aprovados sem dependência	9.644	10.234	9.467	16.263
Taxa de aprovação	86,89%	85,99%	85,59%	89,90%

Fonte: FUNAB (2020) com dados do Censo Escolar 2018, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2019)

Quantidade de inscritos no Enem, Distrito Federal (2016-2019)

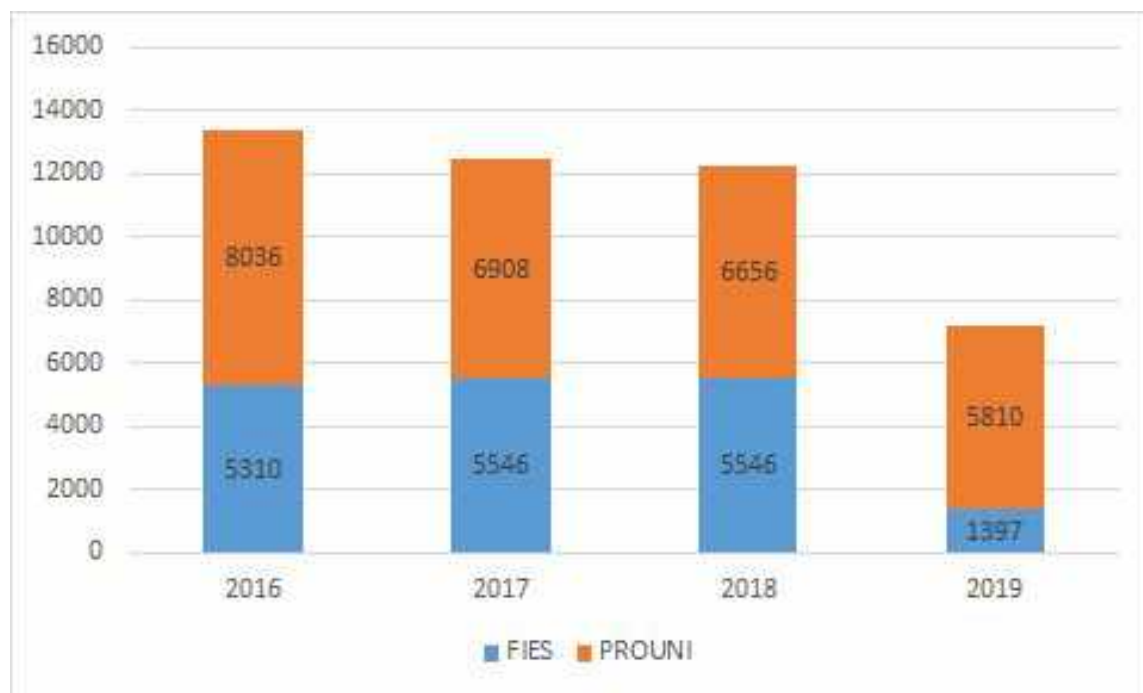


Fonte: FUNAB (2020) com dados das Sinopses Estatísticas do Enem 2019 (Inep/MEC, 2019a)

Apesar do [crescimento significativo do número de matrículas no 3º ano do ensino médio](#) na rede pública e, também, da quantidade de estudantes de aprovados sem dependência, os [dados disponibilizados pelo Inep/MEC](#) sobre o Enem indicam que a quantidade de inscritos no Exame no Distrito Federal caiu 42% nos últimos anos, sugerindo **lacunas na acessibilidade ao ensino superior de egressos da educação básica**, sobretudo de estudantes oriundos de famílias de menor condição socioeconômica relativa.

ESTRANGULAMENTO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR DISTRITAL

Quantidade de benefícios (financiamentos e bolsas) concedidos pelo FIES e PROUNI em IES distritais da rede privada entre 2016 e 2019



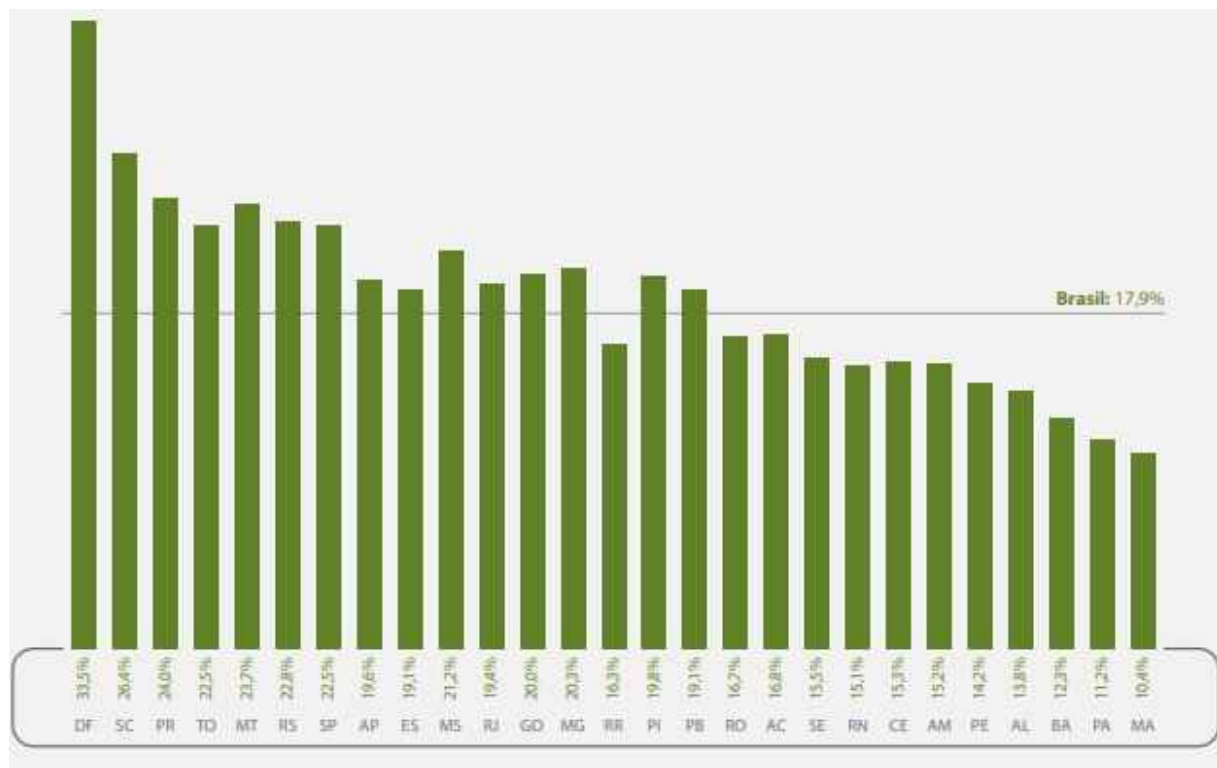
Esse cenário é reforçado pela queda vertiginosa de benefícios concedidos pelo governo federal para estudantes atendidos pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Segundo [dados do FNDE](#), considerando os dois maiores programas nacionais de estímulo ao acesso à educação superior, entre 2016 e 2019, houve uma **queda de mais de 44% na quantidade de benefícios concedidos** para estudantes ingressantes em IES distritais privadas.

Fonte: FUNAB (2020) com dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos (BRASIL, 2017-2020)

TAXAS DE ESCOLARIDADE E ANOS DE ESTUDO NO DISTRITO FEDERAL

Taxa de escolarização líquida na faixa de 18 a 24 anos por unidade da federação - Brasil (2018)



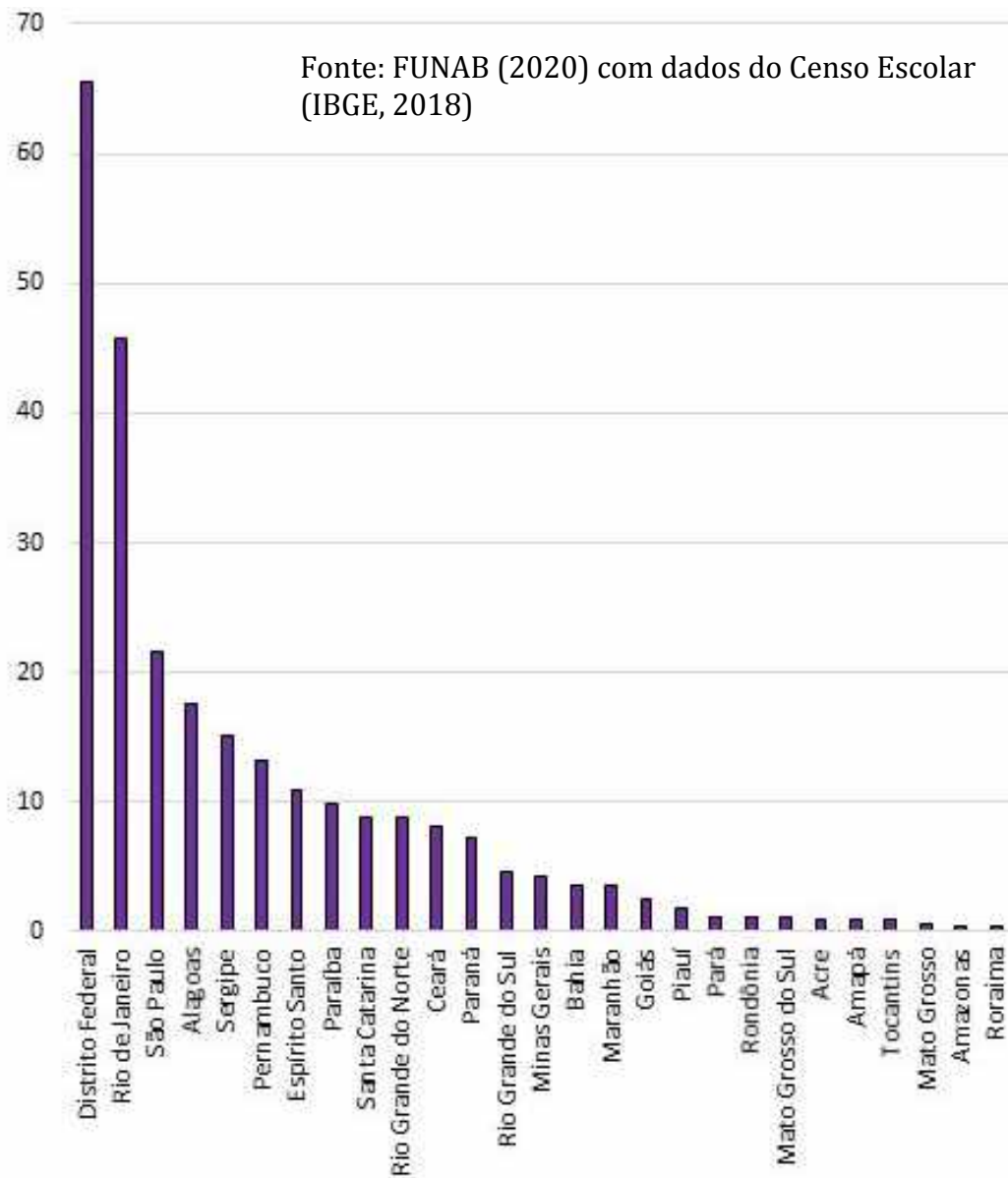
Fonte: FUNAB (2020) com dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010)

Meta 12 do Plano Nacional de Educação: “Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público”.

Na faixa de 18 a 24 anos (idade considerada adequada para se cursar ensino superior), o Distrito Federal é a unidade federativa com maior taxa de escolarização líquida, sendo, inclusive, a única que se encontra dentro da projeção preconizada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) em sua Meta 12.

Quanto à taxa bruta de matrícula, o Distrito Federal apresenta 72,6%, bem acima dos 50% delineados pelo Plano.

ENSINO FUNDAMENTAL NO DISTRITO FEDERAL



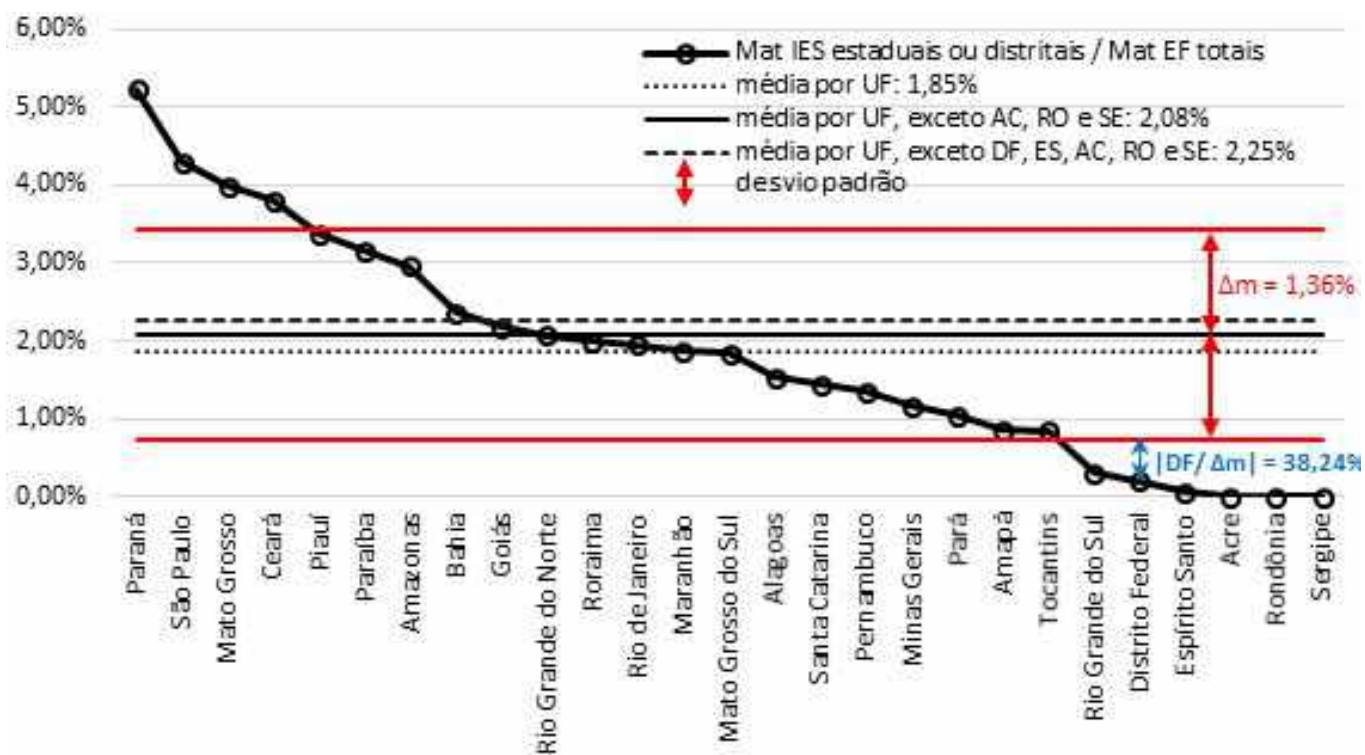
Número de matrículas na rede pública e privada do Ensino Fundamental por área territorial

O Distrito Federal:

- Maior densidade demográfica do país.
- Espera-se que haja vagas suficientes em IES.
- Maior demanda no Ensino Fundamental territorialmente do país: **65,55 matrículas por km²** (~7x maior que a média nacional);
- Média nacional: **9,66 mat/km²**.
- Com relação ao estado de menor demanda para o Ensino Fundamental por área, Roraima, o Distrito Federal apresenta um número **152,44** vezes maior, ou seja, para cada estudante de Ensino Fundamental por quilômetro quadrado em Roraima, o Distrito Federal possui 152,44 estudantes.

EDUCAÇÃO SUPERIOR DO DF SUFOCADA PELA DEMANDA DE ESTUDANTES DE ENSINO FUNDAMENTAL

Relação do número de matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância em Instituições estaduais/distritais de Ensino Superior pelo número de matrículas no Ensino Fundamental público e privado



O Paraná é a UF que mais oferta vagas em sua rede pública estadual de Ensino Superior com relação ao número de estudantes de Ensino Fundamental das redes públicas e privadas: 5,32%.

Dentre as UFs que ofertam, o DF é segundo menor no *ranking*.

AC, RO e SE não ofertam.

Média por UF (excetuando AC, RO e SE): 2,08%

Desvio padrão (erro): 1,36% para mais ou para menos.

DF: 0,20%

(último):

0,06%

O DF oferece 38,24% abaixo do desvio padrão.

PONTOS DE ESTRANGULAMENTO PARA O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO SOBRE AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Evolução do número de matrículas no ensino superior em cursos presenciais de graduação - Distrito Federal (2009-2018)



Fonte: Instituto SEMESP (2020)

Em que pese o bom desempenho geral do DF quanto à expansão de sua taxa de matrícula, a desagregação dos dados referentes à natureza da oferta de educação superior revela **dois pontos de estrangulamento** para o cumprimento da Meta 12 do PNE e do Plano Distrital de Educação em sua integralidade (i.e., que considere os três elementos preconizados pela redação da meta: taxas líquida e bruta de matrícula e participação pública na oferta)

O **primeiro** deles, explorado a seguir, diz respeito à tendência de redução das matrículas em cursos presenciais;

O **segundo** deles, explorado mais adiante, aponta para a enorme concentração de matrículas na rede privada.

PONTOS DE ESTRANGULAMENTO PARA O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO SOBRE AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Evolução do número de matrículas no ensino superior em cursos a distância de graduação - Distrito Federal (2009-2018)



Fonte: Instituto SEMESP (2020)

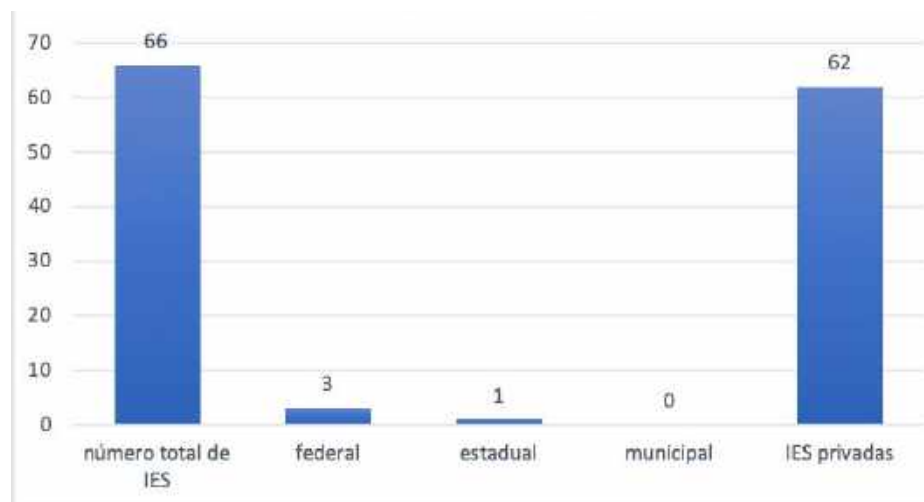
Enquanto o número de matrículas em cursos presenciais vem caindo de forma sistemática desde 2014, o número de matrículas em cursos de educação a distância vem aumentando de forma consistente desde o início da série amostral.

Tradicionalmente, a expansão do EaD não contribui para o crescimento da taxa de escolarização líquida, já que, via de regra, essa modalidade atinge um público de faixa etária mais velha, que não conseguiu acessar o ensino superior quando jovem.

Ademais, no Distrito Federal, dos 46 mil alunos matriculados nessa modalidade, apenas quatro estão matriculados na rede pública: enquanto o crescimento de matrículas na rede privada foi da ordem de 32 mil matrículas, o EaD na rede pública praticamente se extinguiu.

A NATUREZA DA OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DF

Número de IES por rede de ensino - Distrito Federal (2018)



Em 2018, o Brasil contava com 299 Instituições de Educação Superior (IES) públicas e 2.238 privadas, o que representa 88,2% da rede.

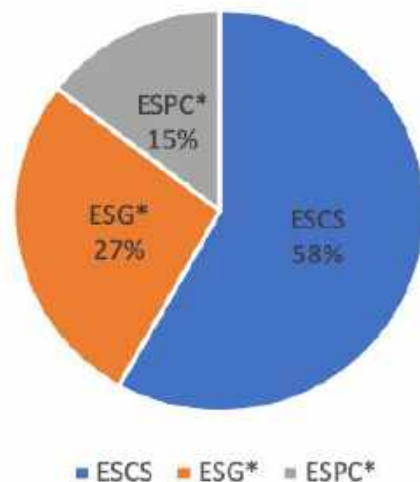
No Distrito Federal, essa realidade é ainda mais alarmante: até 2018, o sistema público distrital contava com apenas uma instituição de ensino superior, a Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS, instituída em 2001 e que oferta 160 vagas anuais em cursos de graduação.

Com o início das atividades da Escola Superior de Polícia Civil - ESPC em 2018 e da Escola Superior de Gestão - ESG em 2019, duas novas IES vinculadas à FUNAB, a oferta distrital de educação superior pública começou a extrapolar a área de Ciências da Saúde.

Fonte: FUNAB (2020) com dados do Censo da Educação Superior 2018 (Inep/MEC, 2019b)

A NATUREZA DA OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DF

Projeção de vagas ofertadas por IES já credenciadas ao sistema de educação superior pública distrital



Ainda assim, a oferta pública anual de vagas em educação superior é bastante concentrada na primeira Escola Superior a compor o sistema distrital de ensino superior público: o DF oferta anualmente 275 vagas, sendo a ESCS responsável por 160 (58%); a ESG, por 75 (27%); e a ESPC por 40 (15%).

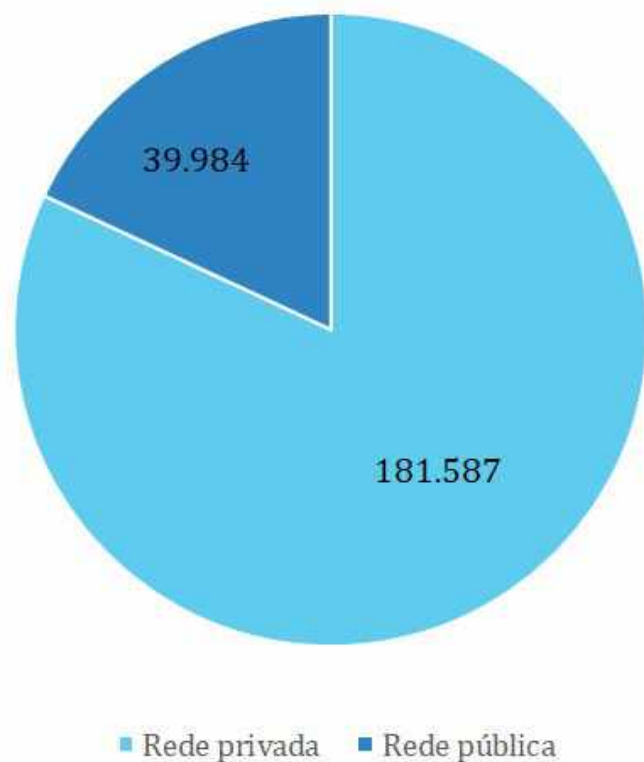
A oferta pública desse nível de educação por meio de Escolas Superiores - ESG, ESCS e ESPC- se mostra limitada em médio e longo prazo.

*projeção de oferta de vagas anuais

Fonte: FUNAB (2020)

A NATUREZA DA OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DF

Número de matrículas no ensino superior em cursos presenciais de graduação - Distrito Federal 2018



De acordo com o Censo da Educação Superior 2018, do Inep/MEC, a razão entre matrículas na rede privada e matrículas na rede pública no DF é a **segunda maior do país**.

Do total de matrículas no ensino superior (221.571), 82% delas estão concentradas na rede privada. Ou seja, há **4,54 estudantes na rede privada para cada estudante na rede pública**.

Fonte: FUNAB (2020) com dados do Censo da Educação Superior 2018 (Inep/MEC, 2019b)

A NATUREZA DA OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DF

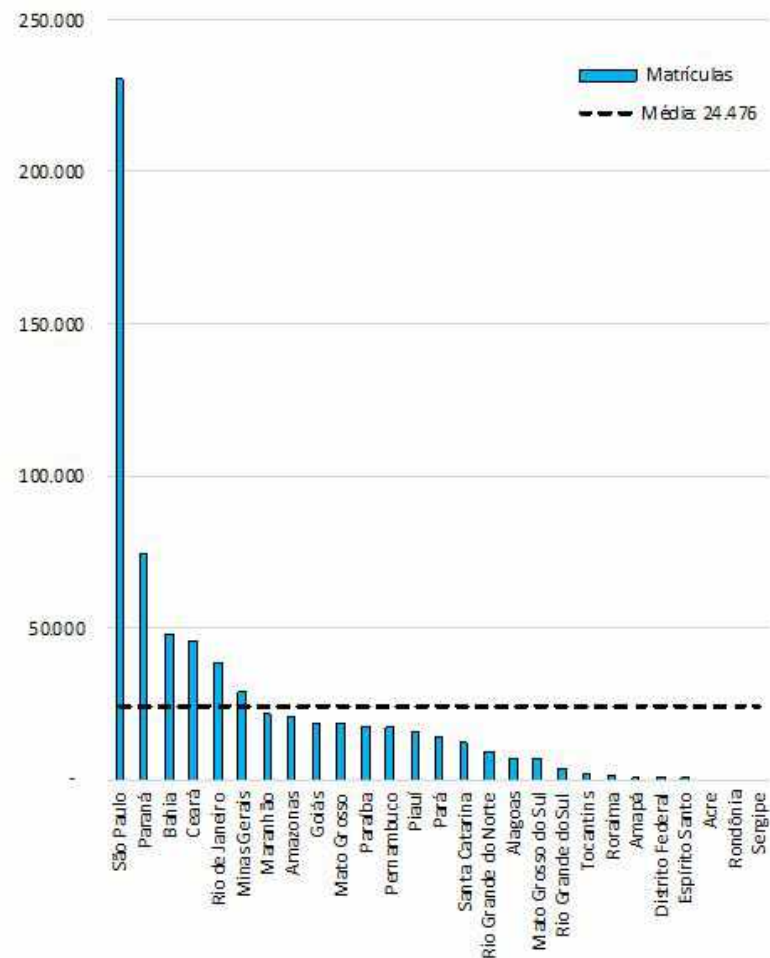
Ano	População de 18 a 24 anos	Matrícula no Ensino Superior	Matrícula no Ensino Superior Federal	Matrícula no Ensino Superior Distrital	Matrícula na UniSUS	Taxa Bruta	% público	% privada
2014	319.736	170.318	32.527		891	53,27%	10,45%	42,54%
2015	326.023	174.819	33.749	1.260	1.147	53,62%	11,09%	42,53%
2016	331.360	180.231	35.744	1.630	1.491	54,39%	11,73%	42,66%
2017	335.751	185.647	37.782	2.014	1.729	55,29%	12,37%	42,93%
2018	338.891	191.011	38.704	3.423	1.951	56,36%	13,01%	43,36%
2019	340.536	196.728	40.172	3.886	2.872	57,77%	13,78%	43,99%
2020	340.452	201.349	41.851	4.152	2.626	59,14%	14,28%	44,86%
2021	338.684	206.238	43.213	4.408	2.919	60,89%	14,92%	45,97%
2022	335.588	210.955	44.286	4.647	3.289	62,86%	15,56%	47,30%
2023	331.570	215.543	45.468	4.863	3.383	65,01%	16,20%	48,81%

Fonte: Fórum Distrital de Educação (2012)

Para alcançar a Meta 12 em sua integralidade, atendendo aos três critérios elencados (taxas líquida e bruta de matrícula e participação pública na oferta) um diagnóstico elaborado pelo [Fórum Distrital de Educação](#) projetou a expectativa de crescimento do ensino superior no DF até o último ano de vigência do PDE. Segundo o estudo, será necessário o aumento gradual da oferta de educação superior pública distrital até atingir **quase 5 mil matrículas em 2023**.

A NATUREZA DA OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DF

Número total de matrículas em cursos de graduação em IES públicas de competência dos estados e do DF (2018)



A média nacional de matrículas em IES de competência das unidades da federação em 2018 (ano de referência dos dados do último Censo da Educação Superior publicado) foi de 24.476.

SP, estado com o maior número de matrículas nas 77 IES de sua alçada, possuía 230.527 estudantes matriculados. O DF, por sua vez, apresentou o número de 754 matrículas, todas concentradas em uma única IES, a ESCS (dados referentes a 2018, sem contabilizar as matrículas da ESG, inaugurada em 2019).

Fonte: FUNAB (2020), com dados de Inep/MEC (2019b)

Fonte: FUNAB (2020) com dados do Censo da Educação Superior 2018 (Inep/MEC, 2019b)

A NATUREZA DA OFERTA EDUCAÇÃO SUPERIOR DISTRITAL

Número de vagas ofertadas em IES estaduais/distritais em 2018

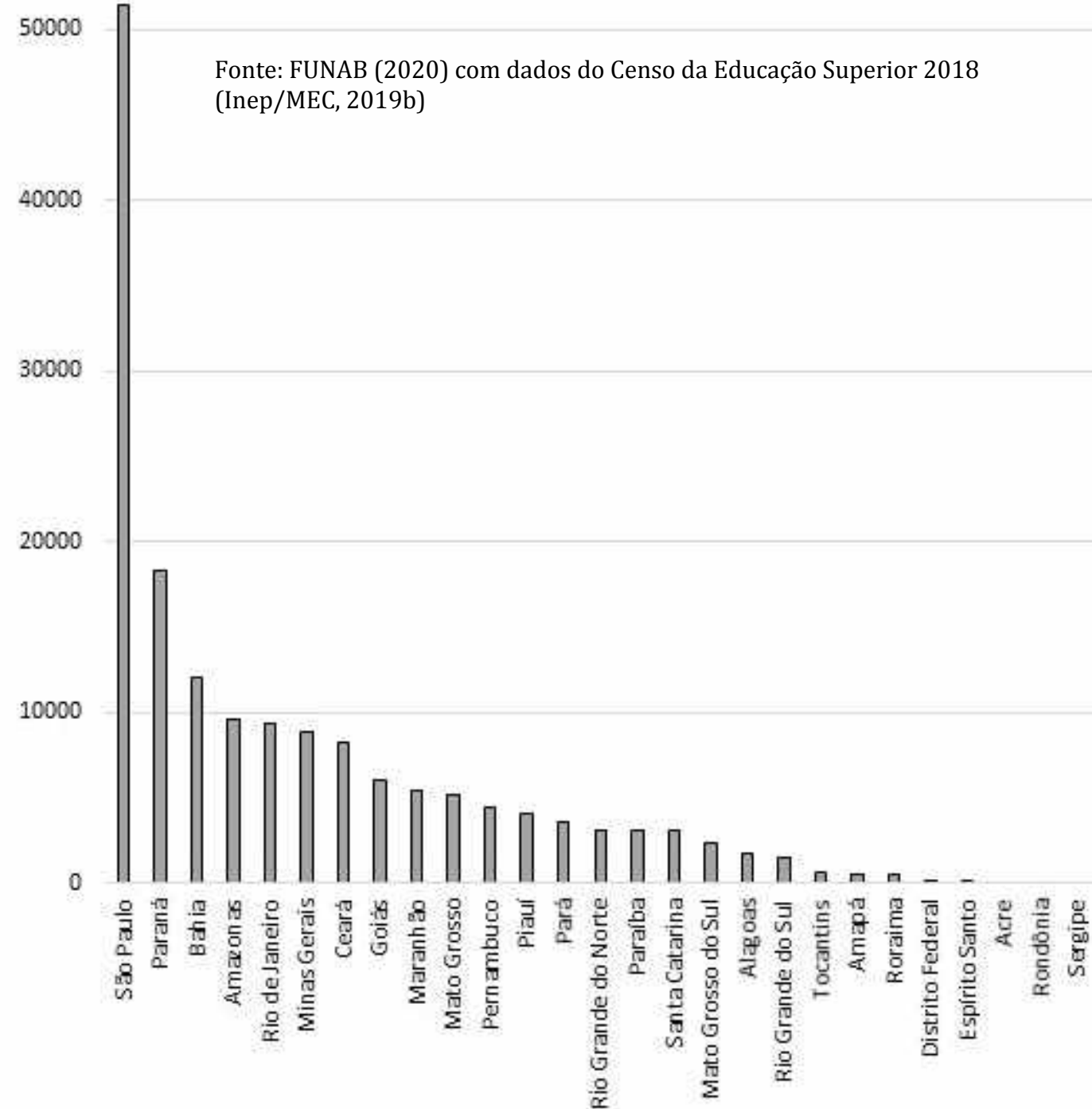
A média nacional de oferta de vagas em Instituições de Educação Superior estaduais/distritais por Unidade da Federação é de aproximadamente 6071.

São Paulo oferece 51.469 vagas.

Logo atrás, Paraná oferta 18.367 vagas.

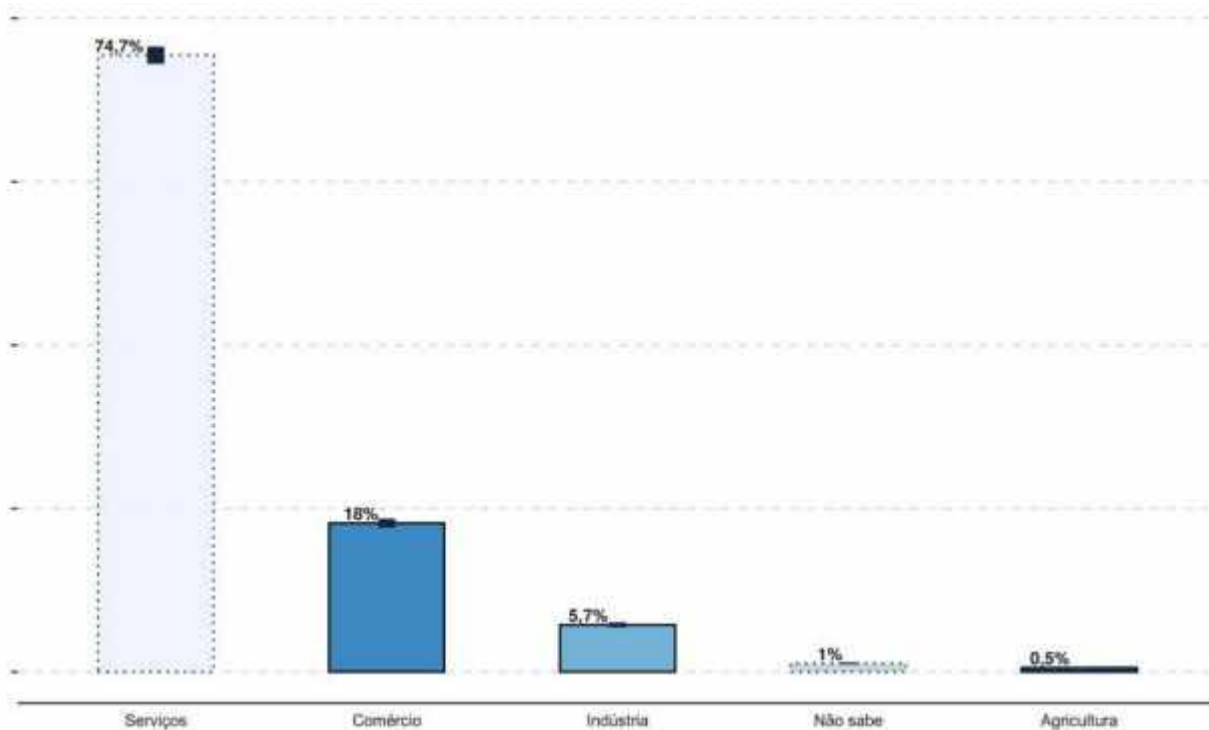
Distrito Federal oferta 160 vagas.

Espírito Santo, 100 vagas



PERFIL DA OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL E INTERAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Distribuição do setor de atividade da empresa em que as pessoas exerciam seu trabalho principal - Distrito Federal (2018)



Fonte: Codeplan (2018)

Segundo a [Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios](#) (2018), boa parte da economia do DF é baseada em serviços: 75% da população economicamente ativa do DF exerce seu trabalho nesse setor.

PERFIL DA OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL E INTERAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

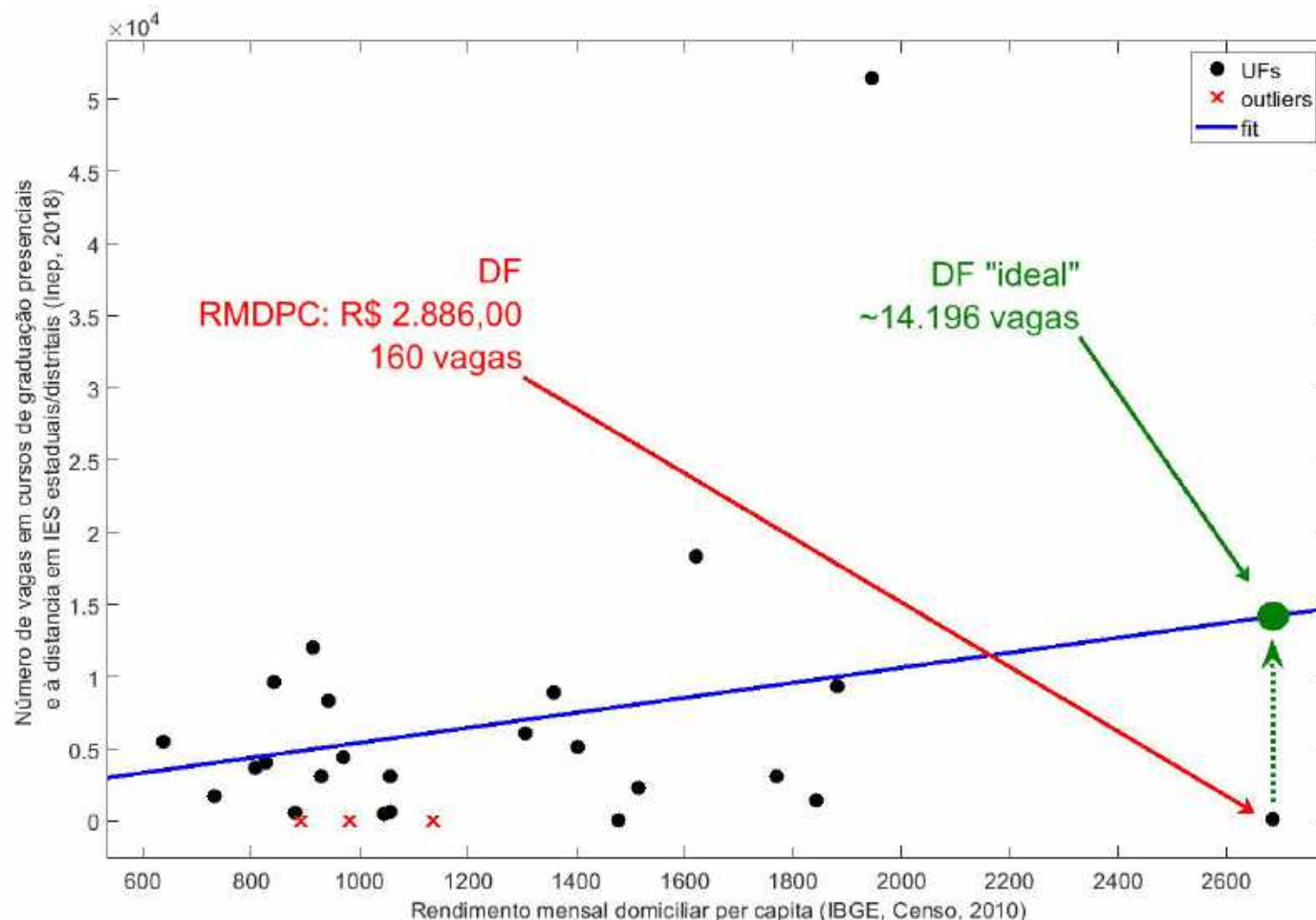
Rendimento mensal domiciliar per capita

RMDPC do DF: R\$ 2.886,00 - maior do país.

Oferta “real” de vagas no DF: 160 vagas.

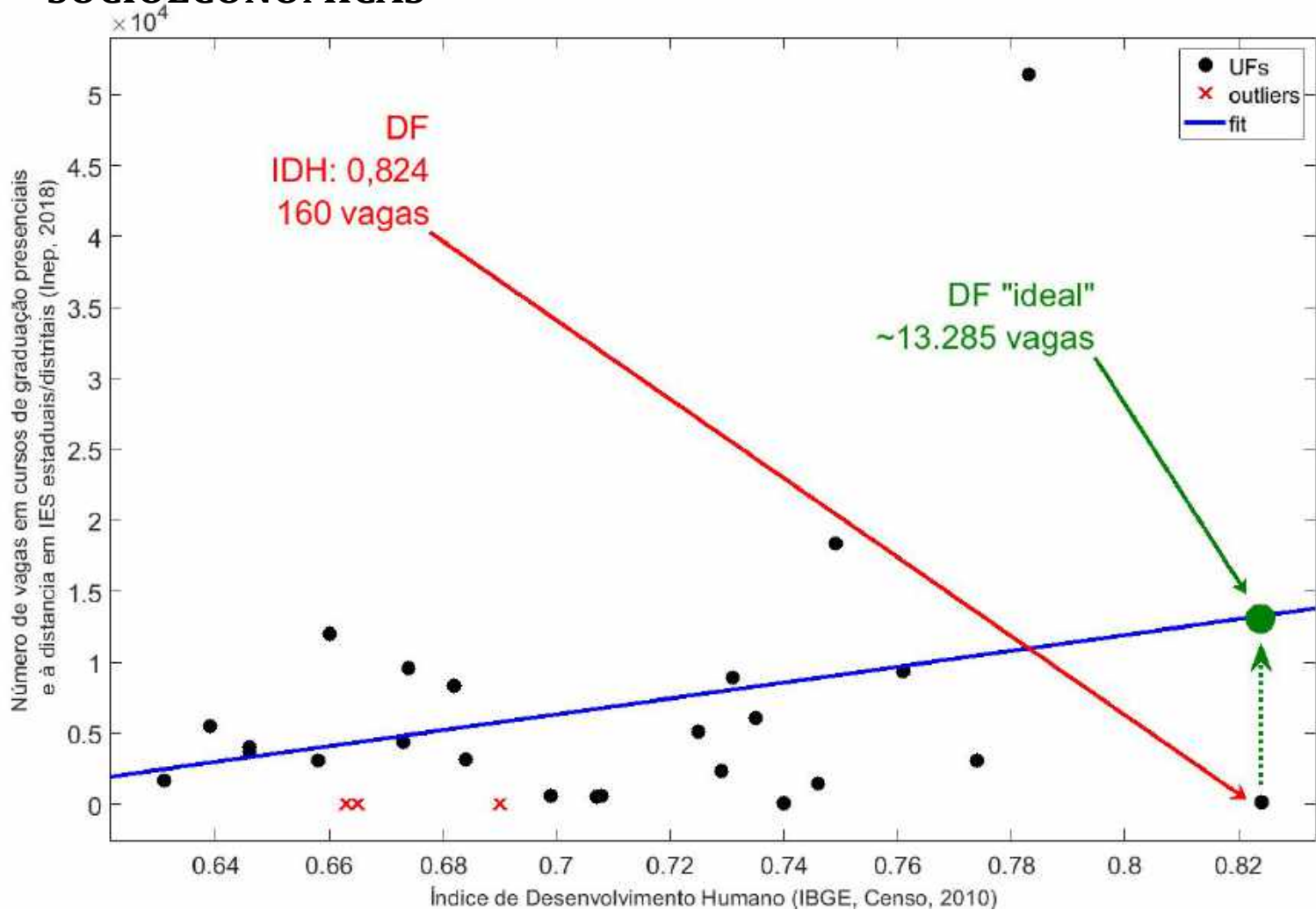
Oferta “ideal” de vagas no DF: **14.196** (ponto verde).

Obtenção: correlação estatística e modelagem matemática por mínimos quadrados (linha azul) dos valores de **rendimento mensal domiciliar per capita** de todos os outros estados da federação - pontos pretos (não levando em conta AC, RO e SE por não ofertarem - *outliers*: x vermelho) e o número de vagas ofertadas em cursos de graduação presenciais e a distância em Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais/distritais.



Fonte: FUNAB (2020) com dados do Censo da Educação Superior 2018 e do Censo (Inep/MEC, 2019b)

PERFIL DA OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL E INTERAÇÕES SOCIOECONÔMICAS



Índice de Desenvolvimento Humano

IDH do DF: **0,824** - maior do Brasil

Oferta "real" de vagas no DF: **160 vagas**.

Oferta "ideal" de vagas no DF: **13.285** (ponto verde)

Obtenção: correlação estatística e modelagem matemática por mínimos quadrados (linha azul) dos valores de IDH de todos os outros estados da federação - pontos pretos (não levando em conta AC, RO e SE por não ofertarem - *outliers*: x vermelho) e o número de vagas ofertadas em cursos de graduação presenciais e à distância em Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais/distritais.

PERFIL DA OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL E INTERAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

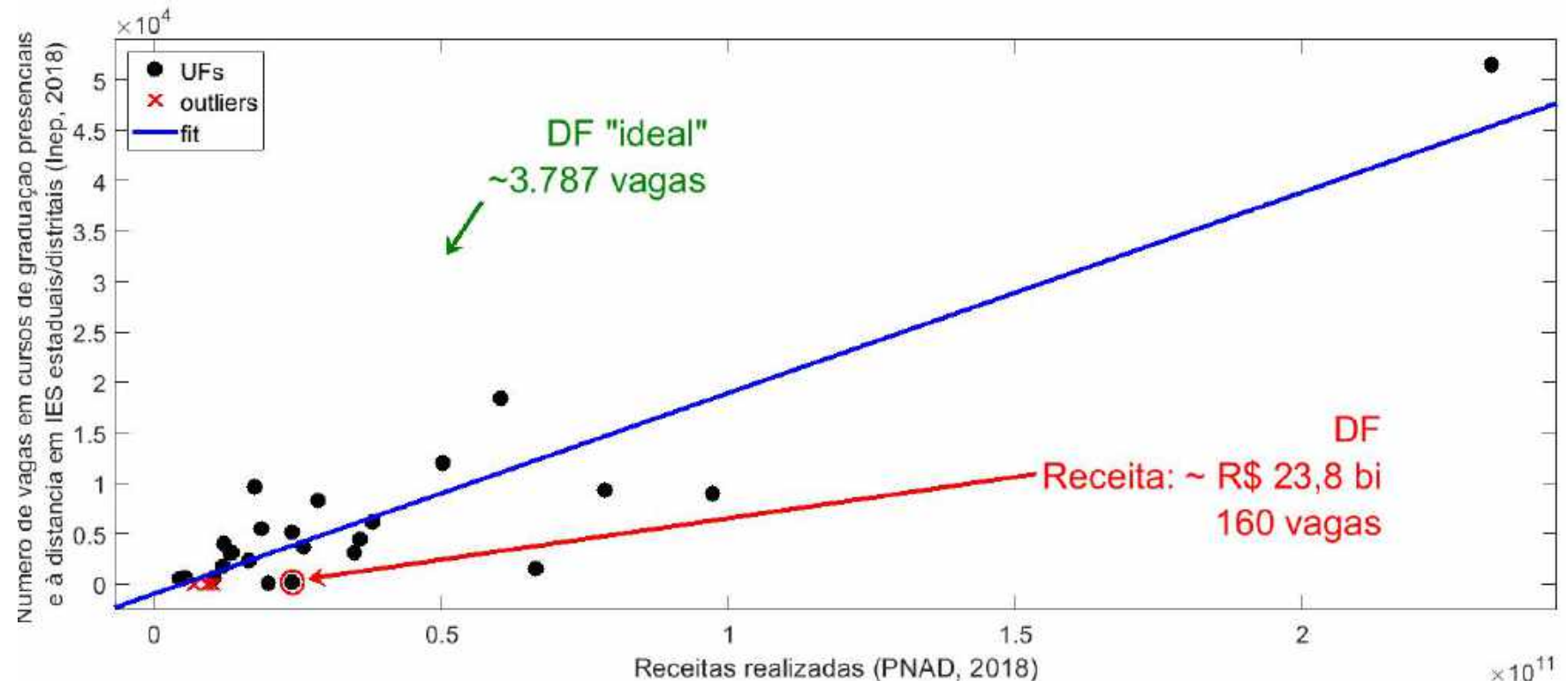
Receitas estaduais/distrital realizadas

Receita do DF: R\$ 23,8 bi.

Oferta “real” de vagas no DF: 160 vagas.

Oferta “ideal” de vagas no DF: **3.787**.

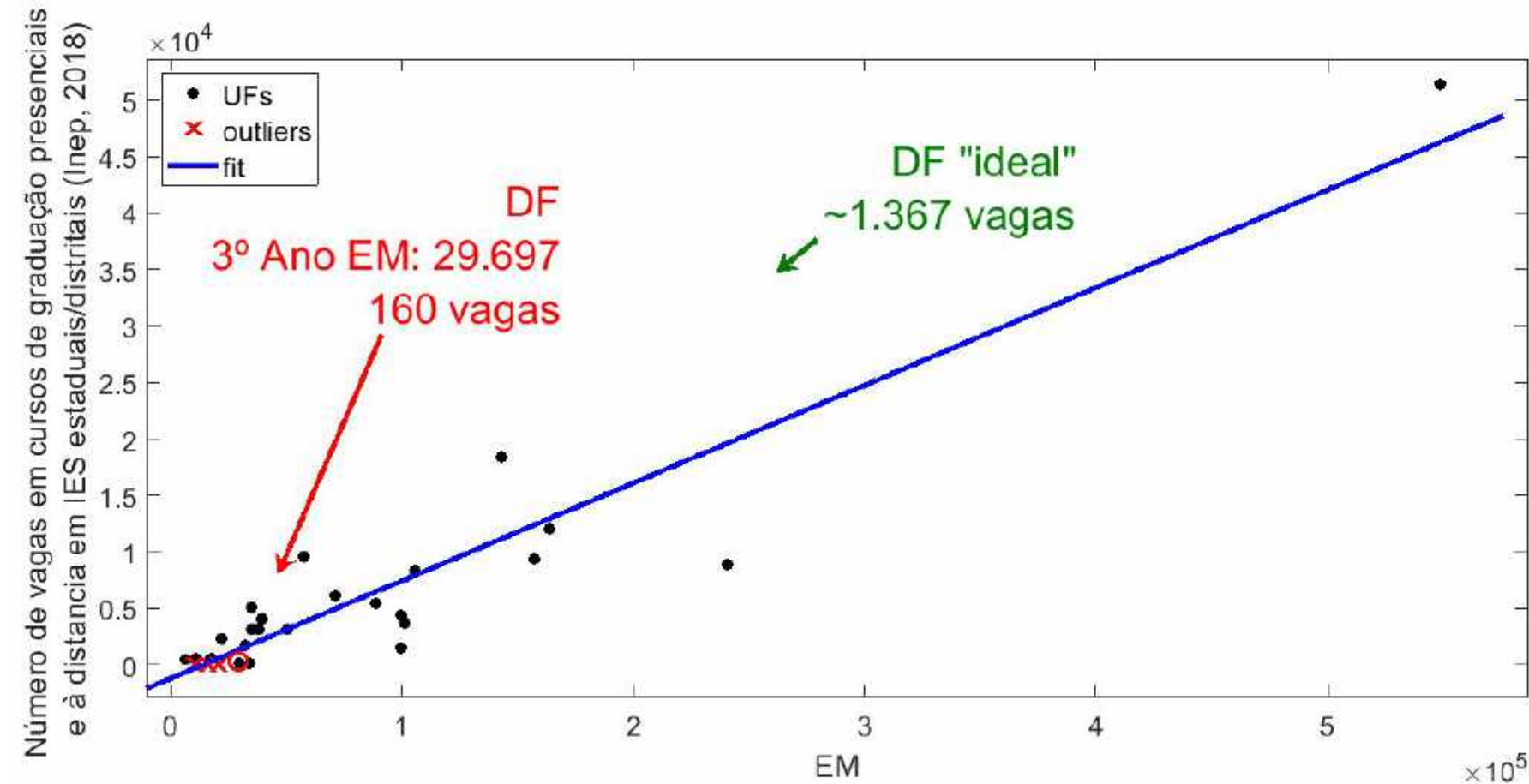
Obtenção desse resultado: correlação estatística e modelagem matemática por mínimos quadrados (linha azul) dos valores de **receitas estaduais realizadas** de todos os outros estados da federação - pontos pretos (não levando em conta AC, RO e SE por não ofertarem - *outliers*: x vermelho) e o número de vagas ofertadas em cursos de graduação presenciais e à distância em Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais/distritais.



Fonte: FUNAB (2020) com dados do Censo da Educação Superior 2018 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Inep/MEC, 2019b)

PERFIL DA OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL E INTERAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Número de matriculados na 3ª série do Ensino Médio (e 4ª série quando o caso - DF não possui)



A **média nacional** de estudantes matriculados na 3ª série do Ensino Médio (e na 4ª, quando o caso) em escolas públicas e privadas por Unidade da Federação é de aproximadamente **84.264**.

Número total no **DF**: **29.697** estudantes.

Método de obtenção: correlação estatística e modelagem matemática por mínimos quadrados com o número de estudantes dos outros estados da federação e não levando em conta AC, RO e SE por não ofertarem,


O DF deveria ofertar, ao menos, 1.367 vagas na UnDF.

Fonte: FUNAB (2020) com dados do Censo da Educação Superior 2018 (Inep/MEC, 2019b)


PERFIL DA OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL E INTERAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Cursos mais procurados na rede privada, nas modalidades presencial e a distância - Distrito Federal (2018)

Cursos Presenciais			
Curso	Matriculas	Ingressantes	Concluintes
Direito	28.942	7.712	5.598
Enfermagem	11.323	4.170	1.797
Administração	7.697	2.473	1.818
Psicologia	7.043	2.397	1.182
Engenharia Civil	6.630	1.190	1.192
Pedagogia	6.247	2.548	1.490
Sistemas de Informação	4.607	2.117	903
Contabilidade	4.514	1.760	843
Educação Física	4.191	1.724	832
Nutrição	4.029	1.639	695



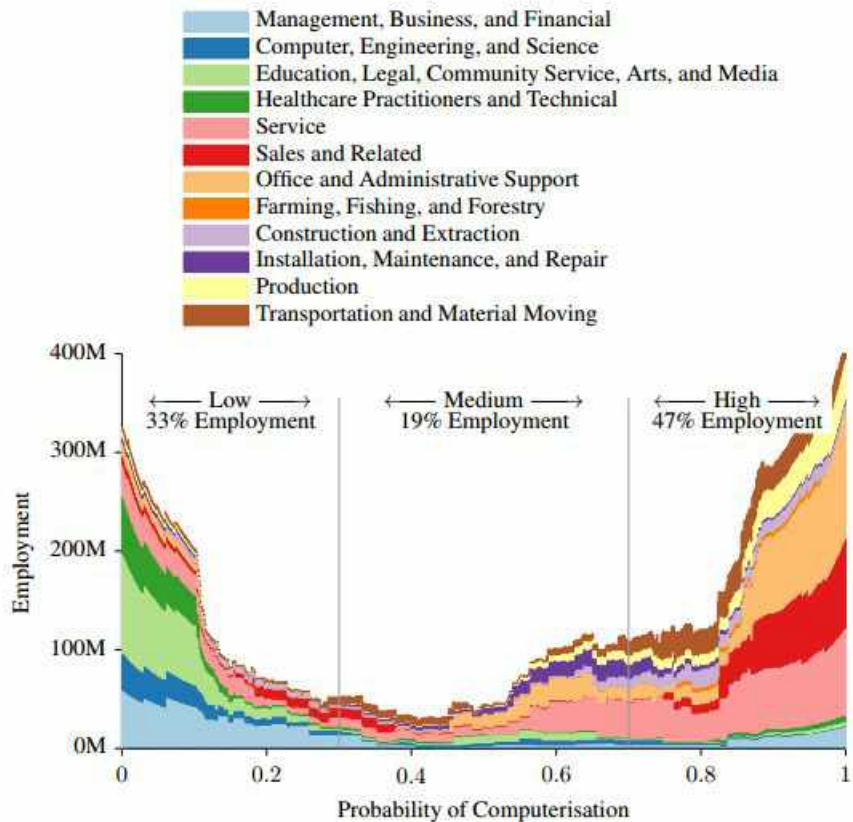
Cursos EAD			
Curso	Matriculas	Ingressantes	Concluintes
Pedagogia	6.091	3.868	672
Gestão de Pessoas	5.657	3.785	1.168
Gestão Pública	4.593	3.094	1.118
Administração	3.313	2.072	348
Sistemas de Informação	2.401	1.984	328



As IES distritais, no entanto, não têm sido capazes de induzir oferta em setores intensivos em inovação. Há um excesso de pessoas se formando nas mesmas carreiras.

Fonte: Instituto SEMESP (2019)

PERFIL DA OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL E INTERAÇÕES ECONÔMICAS



É interessante notar que, segundo estudo de [pesquisadores da Universidade de Oxford](#), os setores mais suscetíveis a automação nos próximos anos são produção, **serviços** e comércio.

Nesse contexto, é fundamental investir em educação superior, sobretudo em áreas do conhecimento que atuam de forma intensiva com formação de capital humano capacitado para a inovação.

Fonte: Frey e Osborne (2013)

PERFIL DA OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL E INTERAÇÕES ECONÔMICAS

Número de Ingressantes e Concluintes em cursos de graduação por 10.000 habitantes, segundo a área geral do Curso Países da OCDE 2014 em comparação com o Brasil 2010-2015

Área Geral do Curso	Ingressantes para cada 10.000 habitantes							Concluintes para cada 10.000 habitantes						
	OCDE 2014	Brasil						OCDE 2014	Brasil					
		2010	2011	2012	2013	2014	2015		2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ciências sociais, negócios e direito	21,7	47,1	50,3	59,7	56,4	61,3	55,8	23,2	21,6	22,0	23,1	21,8	22,1	24,3
Educação	5,1	23,7	23,3	24,8	23,6	28,0	25,9	5,4	12,2	12,2	11,3	10,0	10,7	11,6
Saúde e bem-estar	9,8	14,3	14,3	16,4	17,0	20,4	19,7	9,8	7,5	7,8	8,2	7,0	6,7	7,7
Engenharia, produção e construção	11,5	12,3	14,8	19,0	20,2	22,7	20,8	9,1	3,1	3,3	3,8	4,0	4,4	5,2
Ciências, matemática e computação	5,9	8,5	8,2	9,1	8,9	9,3	8,9	5,7	2,9	2,9	3,0	2,7	2,8	3,0
Agricultura e veterinária	1,2	2,2	2,3	2,7	2,8	3,3	3,3	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1
Humanidades e artes	10,9	2,8	3,0	3,4	3,3	3,3	3,4	11,4	1,2	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4
Serviços	4,8	3,1	3,4	3,9	4,2	4,1	4,1	4,8	1,6	1,5	1,6	1,4	1,6	1,9

Dentre as áreas gerais de curso arroladas no Censo da Educação superior do Inep, *Engenharia, produção e construção e Ciências, matemática e computação* são aquelas que atuam mais diretamente com produção tecnológica capaz de alavancar o crescimento e desenvolvimento econômico de uma região.

Considerando o período médio de cinco anos para conclusão de uma graduação, é possível notar que o Brasil forma menos da metade dos alunos que optam por estas duas grandes áreas.

Tornar o DF um polo no desenvolvimento científico nessas áreas representa uma enorme vantagem comparativa ao potencializar diferentes áreas produtivas com capacidade para fomentar o desenvolvimento econômico e tecnológico distrital. .

Fonte: Sarellas (2016) com informações do Censo da Educação Superior de 2015

FONTES DE PESQUISA EMPÍRICA E LITERATURA

AGÊNCIA IBGE. **PNAD Contínua 2019**: rendimento do 1% que ganha mais equivale a 33,7 vezes o da metade da população que ganha menos. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27594-pnad-continua-2019-rendimento-do-1-que-ganha-mais-equivale-a-33-7-vezes-o-da-metade-da-populacao-que-ganha-menos#:~:text=Quando%20calculado%20para%20o%20rendimento,depois%20para%20o%20C509%20em%202018>. Acesso em: 04/09/20.

_____. **PNAD Educação 2019**: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-d-e-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio#:~:text=A%20taxa%20de%20escolariza%C3%A7%C3%A3o%20das%20pessoas%20de%2015%20a%2017,p.p.%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202018>. Acesso em 03/09/2020.

_____. **PNAD Educação 2019**: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-d-e-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio#:~:text=A%20taxa%20de%20escolariza%C3%A7%C3%A3o%20das%20pessoas%20de%2015%20a%2017,p.p.%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202018>. Acesso em 03/09/2020.

ALMEIDA, A. T. C. de; ARAÚJO JUNIOR, I. T. de; RAMALHO, H. M. de B. Esforço da gestão escolar na rede pública de ensino fundamental e o desempenho dos estudantes no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 47, p. 135-166, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/601>. Acesso em: 22/05/2020.

BRASIL. **Portal Brasileiro de Dados Abertos**. Indicadores sobre FIES - Fundo de Financiamento Estudantil 2017-2020. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/fies-fundo-de-financiamento-estudantil>. Acesso em: 07/06/20.

CABANAS, P. H. F.; KOMATSU, B. K; MENEZES FILHO, N. O Crescimento da Renda dos Adultos e as Escolhas dos Jovens entre Estudo e Trabalho. CPP Insper Policy Paper n. 13, fev. 2015. Disponível em: <http://www.insper.edu.br/cpp/policy-papers/>. Acesso em: 27/05/2020..

REFERÊNCIAS DE PESQUISA EMPÍRICA E LITERATURA

CASTRO, C.R.M; TANNURI-PIANTO, M.E. Educação superior pública no Brasil: custos, benefícios e efeitos distributivos. **Rev. Nova Economia**, v.29, n.2, p.623-649, 2019.

CASTRO, C.R.M; TANNURI-PIANTO, M.E. Educação superior pública no Brasil: custos, benefícios e efeitos distributivos. **Rev. Nova Economia**, v.29, n.2, p.623-649, 2019.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2018**. 2019. Disponível em:

http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/PDAD_DF-Grupo-de-Renda-compactado.pdf. Acesso em 03/04/20.

_____. **Síntese de Evidências: Evasão escolar no DF: uma análise de alternativas possíveis**. 2020. Disponível em:

<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Evas%C3%A3o-escolar-no-DF-uma-an%C3%A1lise-de-alternativas-poss%C3%ADveis.pdf>.

Acesso em: 31/08/20.

DEL REY, E; ESTEVAN, F. Assessing Higher Education Policy in Brazil: A Mixed Oligopoly Approach. **The B.E. Journal of Economic Analysis & Policy**. 2019.

DISTRITO FEDERAL. **Censo Escolar da Rede Pública do Distrito Federal 2018: Taxas de Rendimento em 2018, por Série e Turno - Blocos Semestrais (Ensino Médio)**. 2018. Disponível em:

http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/iii_c_-taxa-de-aprova%C3%A7%C3%A3o-reprova%C3%A7%C3%A3o-e-abandono-m%C3%A9dio-semestral-2018_df.pdf. Acesso em: 23/05/20.

ESTEVAN, F; GALL, T; MORIN, L. Redistribution Without Distortion: Evidence from an Affirmative Action Programme at a Large Brazilian University. **Economic Journal**, Royal Economic Society, v. 129 (619), p. 1182-1220. 2018.

FÓRUM DISTRITAL DE EDUCAÇÃO. **Diagnóstico do Plano Distrital de Educação**. 2015. Disponível em:

<https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2015/05/plano-distrital-de-educa%C3%A7%C3%A3o-conciliado-sedf-fde-cedf.pdf>. Acesso em: 01/06/20.

REFERÊNCIAS DE PESQUISA EMPÍRICA E LITERATURA

FRANCIS, A; TANNURI-PIANTO, M. The redistributive equity of affirmative action: Exploring the role of race, socioeconomic status, and gender in college admissions. **Economics of Education Review**, Elsevier, v. 31 (1), p. 45-55, 2012.

FREY, C. B.; OSBORNE, M. A. The future of employment: how susceptible are jobs to computerisation? **Oxford Martin School Working Paper**. 2013. Disponível em: https://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/The_Future_of_Employment.pdf. Acesso em: 12/05/20.

IBGE. **Censo Demográfico do Brasil 2010**: sinopses por setor: educação. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/>. Acesso em 30/04/20.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2018**. 2019b. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Educacao_2018/PNAD_Continua_2018_Educacao.xls. Acesso em 22/05/2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2018**. 2019b. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Educacao_2018/PNAD_Continua_2018_Educacao.xls. Acesso em 22/05/2020.

_____. PNAD Contínua: Educação 2018. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnadcontinua.html?edicao=28203&t=resultados>. Acesso em: 15/06/20.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2019a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 20/05/2020.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2019a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 20/05/2020.

REFERÊNCIAS DE PESQUISA EMPÍRICA E LITERATURA

INEP/MEC. **Censo da Educação Superior 2018**. 2019b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 30/04/20.

_____. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2017. 2018. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 06/05/20.

_____. **Sinopse Estatística do Enem 2018**. 2019a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-do-enem>. Acesso em: 20/05/20.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2020**. 10^a ed. 2020. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/>. Acesso em: 08/09/20.

OECD. Education at a Glance 2019 – Brazil Country Note. 2019. Disponível em: https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/EAG2019_CN_BRA.pdf. Acesso em: 25/05/2020.

SARELLAS, N. **Um Panorama da Educação Superior no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://economiasdeservicos.com/2016/10/25/panorama-da-educacao-superior-no-brasil/>. Acesso em: 20/05/20.

SOARES, J. F.; CANDIAN, J. O efeito da escola básica brasileira: as evidências do pisa e do SAEB. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro: Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, v. 2, n. 4, p. 163-181, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1522>. Acesso em: 22/05/2020.

TACHIBANA, T. Y; MENEZES FILHO, N; KOMATSU, B. Educação superior no Brasil. **CPP Insper Policy Paper**, n. 14, dez. 2015.

REFERÊNCIAS DE PESQUISA EMPÍRICA E LITERATURA

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020**. Disponível em:

<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/anuario-2020-Todos-Pela-Educacao-e-Editora-Moderna-lancam-publicacao-com-dados-fundamentais-para-mo-nitorar-o-ensino-brasileiro>. Acesso em: 31/08/20.

TORRES, H. da G. et al. **O que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola**. Relatório de Pesquisa, 2013.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Universidade mais democrática e inclusiva**. 2018. Disponível em:

<https://noticias.unb.br/67-ensino/2073-universidade-mais-democratica-e-inclusiva>. Acesso em: 03/07/20.

Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB

Elaboração:

Diretoria Executiva

Simone Benck

Lucas Maximo

Equipe Técnica

Giovanni Grassi

